

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**PROJETO “DIAGNÓSTICO DO DESEMPENHO
EDUCACIONAL NO ESPÍRITO SANTO”
RELATÓRIO DE PESQUISA QUALITATIVA**

IJ01304
180/2012

Vitória, 2006

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

José Eduardo Farias de Azevedo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Luciene Maria Becacici Esteves Vianna

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Antonio Luiz Caus

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS SOCIAIS

Aline Elisa Cotta d'Ávila

EQUIPE TÉCNICA

Rosângela D'Ávila

COORDENAÇÃO DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO

Lucia Maria Prata Ferreira Luz

Djalma José Vazzoler

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	5
2.1	O despreparo da escola em lidar com as questões da juventude atual.....	5
2.2	Os problemas de acesso e falta de qualidade da Educação Infantil na rede pública.....	7
2.3	A baixa qualidade e a evasão no Ensino Fundamental	8
2.4	A questão do Ensino Médio: falta definição, acesso e qualidade.....	9
2.5	O dilema público privado no Ensino Técnico Profissional e o baixo padrão no desempenho do aluno egresso da escola pública.	12
2.6	A questão do Ensino Superior: a dificuldade de acesso no setor público e o excesso de oferta no setor privado.....	15
2.7	A falta de qualidade na Educação de Jovens e Adultos.....	17
3.	AS CAUSAS GERADORAS DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	19
3.1	Descontinuidade da política de educação no Espírito Santo	19
3.2	A fragilidade da gestão na educação e sua vinculação a fins eleitoreiros.....	21
3.3	A questão docente: desvalorização e baixa qualificação	24
3.4	Pobreza, desigualdade e falta de envolvimento da família com a escola.....	26
3.5	Política de financiamento da educação.....	27
4.	AS ESTRATÉGIAS IMPLIMENTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS SETORES DA EDUCAÇÃO.....	30
4.1	Estratégias desenvolvidas pelo setor municipal de ensino.....	30
4.2	Estratégias desenvolvidas pelo setor estadual de ensino.....	34
4.3	Estratégias desenvolvidas pelo setor federal de ensino.....	36
4.4	Estratégias desenvolvidas pelo setor privado de ensino.....	39
5.	PROJETOS ESTRUTURANTES DO FUTURO DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	43
6.	ESPAÇO DE AUTONOMIA DOS GESTORES NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	47
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
8.	ANEXOS	53

1.**INTRODUÇÃO**

No escopo do projeto “Diagnóstico do desempenho educacional no Espírito Santo” foi incluída uma pesquisa qualitativa com os gestores da educação pública e privada no estado. Tal pesquisa, realizada nos meses de junho a agosto de 2006, por meio de entrevista com esses gestores, buscou demonstrar a opinião dos entrevistados acerca dos principais problemas da educação, suas causas e estratégias necessárias para solução dos mesmos.

Foram entrevistados 24 gestores e especialistas de instituições de todos os níveis educacionais – educação infantil, fundamental, média, superior, profissionalizante e de jovens e adultos – cujas referências encontram-se no anexo desse documento.

As impressões levantadas na pesquisa qualitativa, ao serem confrontadas com as informações oriundas das fontes de dados estatísticos e das análises dos indicadores educacionais e seus determinantes, permitirão avaliar se as políticas necessárias para resolução dos principais problemas encontrados são respaldadas pelos gestores locais.

Havendo compatibilidade entre as políticas necessárias e as opiniões dos gestores, maiores serão as chances de obtenção de consensos para implementação das ações do poder público. Por outro lado, explicitando-se as divergências, melhores deverão ser as estratégias para “concertação” política das ações de governo para promoção de melhorias na educação.

As entrevistas permitiram, assim, conhecer as opiniões dos principais gestores da área sobre os problemas atuais do setor, as causas geradoras desses problemas, as estratégias implementadas e os resultados alcançados, os projetos estruturantes necessários e o espaço de autonomia de cada instituição para definição de políticas e ações para o desenvolvimento da educação no estado.

2. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Na última década o Espírito Santo vem passando por grande desenvolvimento econômico, mas o mesmo não acontece na área social que apresenta pior desempenho, segundo alguns entrevistados.

O Estado tem apresentado desenvolvimento econômico considerável, mas o desenvolvimento social não está no mesmo patamar. O desenvolvimento econômico não está necessariamente ligado ao desenvolvimento social.

O Estado está hoje com um grande projeto de desenvolvimento, está passando por um grande momento na economia, contudo, as forças políticas estaduais, se voltam para a economia, não pensam na educação, não têm sensibilidade para perceber a importância da educação até mesmo para o desenvolvimento do Estado. Penso que estamos perdendo a oportunidade de fazer a educação no Estado.

2.1 O despreparo da escola em lidar com as questões da juventude atual

Entre os problemas da educação na atualidade está o tradicionalismo e falta de atratividade da escola. Três educadores entrevistados concordam em que a escola encontra-se defasada e sem condições de competitividade com outros meios de transmissão de conhecimentos, como a internet, a televisão, o cinema e outros existentes na sociedade, que transmitem *“uma cultura de individualismo e de consumismo, incompatíveis com a maioria da sociedade brasileira”* conforme relata um entrevistado.

O enfrentamento destas questões exige que a escola repense suas estratégias pedagógicas, tornando-as atrativas para os alunos, que reestruture o seu currículo e adote nova concepção arquitetônica, que propicie o desenvolvimento de atividades mais motivadoras, interativas, de descoberta do conhecimento, realizadas em laboratório de informática, em salas de ciências, bibliotecas, áreas de esporte e lazer, recuperando deste modo a capacidade de atrair e manter o interesse da juventude.

Outro problema relatado pelos entrevistados se refere ao despreparo da escola em lidar com os novos problemas educacionais que se apresentam na atualidade, como as drogas, a violência e a gravidez na adolescência. Esta situação repercute na questão pedagógica porque exige uma formação e capacitação que os professores não possuem, segundo quatro entrevistados.

A universalização do Ensino Fundamental trouxe para a escola uma população que antes não tinha acesso à educação, composta por crianças e adolescentes oriundos de famílias que vivem em situação muito precarizada, e que apresentam condições de escolarização com as quais os professores não aprenderam a lidar pedagogicamente, nas instituições formadoras de pessoal docente.

A seguir, encontram-se os relatos dos entrevistados que expressam esta dimensão dos problemas da escola:

O ensino hoje não é motivador para o aluno, é muito tradicional, baseado no estilo carteira, quadro e giz, e isto não mobiliza o aluno para a aprendizagem. É necessária a reestruturação do currículo, torná-lo motivador para o aluno. A educação formal, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio precisam rever o seu currículo e suas práticas pedagógicas para que o aluno se sinta atraído pela escola.

Melhorar a infra-estrutura da escola, adotando concepção arquitetônica simples, mas equipada com bibliotecas, laboratórios de informática, salas de ciências, áreas para esportes e espaços para convivência.

A comunicação é muito dinâmica na sociedade, e a escola está defasada, sem condições de competitividade com outras formas de veicular conhecimento.

A escola hoje encontra-se fragilizada e sem condições de competitividade diante das instituições informais de ensino. Os meios de comunicação, a internet, veiculam uma cultura de individualismo e de consumismo, incompatíveis com a maioria da sociedade brasileira.

O medo da violência está presente hoje no universo escolar. Os roubos e ameaças a professores são frequentes. As salas de aula estão com excesso de alunos.

Temos também problemas de violência, drogas e gravidez na adolescência.

Despreparo da escola para lidar com os novos problemas da educação: desemboca na escola toda a precariedade humana, todo o drama social que existe na sociedade. Recebe população que vem com uma situação de vida muito precarizada. A escola tem dificuldade de lidar pedagogicamente com esta população, em especial, com valores que levam a violência. Os professores não são formados para lidar com esta situação. Enfrentar isto exige uma preparação que o professor não tem. .

Esta situação repercute na questão pedagógica, pois o professor não consegue ensinar o que precisa ser ensinado. Os problemas disciplinares que advêm desta situação são muito grandes, como enfrentar isto? O respeito nas relações entre professor e aluno está acabando. Existem crianças que não conseguem nem se concentrar. Como ensinar a estas crianças, se a concentração é uma condição necessária no processo de aprendizagem?

A escola está convivendo com crimes e ameaças a professores. A escola espera que as famílias estabeleçam limites para seus filhos, que os preparem para a aceitação de limites e regras. Existem famílias que perderam a autoridade sobre os filhos, e esperam que a escola reconstrua as relações de autoridade, mas a escola e o professor não estão preparados para isto. Fica difícil para a escola sozinha educar, até porque, o aluno só fica na escola por cerca de 4 horas e meia por dia, no resto do tempo, está no mundo.

A violência nas escolas, ameaças os professores.

Estamos perdendo o jovem da periferia para o tráfico e a droga.

O problema da droga precisa ser enfrentado, ele está tomando os nossos jovens.

2.2 Os problemas de acesso e falta de qualidade da Educação Infantil na rede pública

Para dez entrevistados, a questão da oferta incipiente e falta de qualidade na educação infantil se insere entre os três principais problemas da área da educação no Espírito Santo.

Estes entrevistados analisam que a Educação Infantil pública ao ser repassada para a gestão dos municípios em 1988, sem a contrapartida dos repasses do FUNDEF, teve seu processo de expansão comprometido, e hoje tem desenvolvimento incipiente em quase todos os municípios capixabas.

O investimento do estado na educação infantil é uma necessidade levantada pela maioria dos entrevistados, que consideram que os municípios não dão conta de manter este segmento de ensino, já que a educação infantil exige uma estrutura de área física, equipamentos e pessoal de alta qualidade e de custos significativos. Mas consideram que esse investimento é imprescindível para a melhoria da qualidade da educação nos níveis de ensino posteriores, pois fornece a base inicial do processo de aprendizagem, além de se constituir em instrumento importante de cuidado e acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Para um entrevistado, a oferta de educação infantil no Estado é muito superior na rede privada quando comparada ao setor público, fazendo com que as crianças oriundas de famílias pobres já entrem na escola com defasagem em relação às crianças de famílias que podem freqüentar a escola paga.

Outro entrevistado alerta que há falta de fiscalização nas escolas voltadas para a educação infantil por parte das secretarias de educação, o que contraria o disposto na legislação. Para este entrevistado, esta fiscalização quando acontece é “*burocrática e cartorial.*”, o que abre espaço para atuação de “*empresários curiosos, que investem na educação sem entenderem do assunto, sem qualificação, sem seriedade e passam a pautar a atuação pelo lucro, às custas da qualidade.*”

Seguem os relatos dos entrevistados em relação aos problemas da Educação Infantil:

Definir recursos no FUNDEB para a educação Infantil é um grande avanço, vai mudar a cara da educação Brasil. O governo estadual precisa investir nesta proposta para melhorar a educação a partir da base. Mas precisa ser uma responsabilidade do governo estadual, pois os municípios não dão conta.

A partir de 1998 o Ensino Infantil passou para a gestão dos municípios sem a contrapartida do FUNDEF, o que inviabilizou o desenvolvimento do Educação Infantil na quase totalidade de nossos municípios.

Hoje temos o desafio de ampliar o acesso a Educação Infantil, área onde temos problemas de inclusão. Este desafio pode ser enfrentado com a expansão do número de vagas, com a construção de escolas, equipamentos e contratação de professores.

A Baixa cobertura na Educação Infantil pelos municípios, devido a política de financiamento do FUNDEF, que não incluiu a população de 0 à 6 anos. Agora, com o FUNDEB, esta situação deve mudar.

O abandono do Ensino Infantil. Como o governo federal não repassa recursos, ele está abandonado, apresenta problemas de acesso e de falta de qualidade.

O Ensino Infantil disponibiliza vagas para apenas 16% das crianças do município.

O FUNDEF trouxe um freio na Educação Infantil ao concentrar o investimento no Ensino Fundamental. Com esta situação, o filho do pobre tem um atraso de 6 anos em relação ao filho do rico, quando chega na escola, pois o filho do rico tem boas escolas de educação infantil à sua disposição.

O repasse da gestão do Ensino Infantil [...] para os municípios é um problema, já que a maioria dos municípios sequer dispõe de secretaria de educação.

A nova Lei da educação, ao estabelecer prioridades de atendimento não foi construtiva, porque o Estado se afastou do Ensino Infantil [...] repassando este nível de ensino para os municípios. Esta não é uma boa perspectiva, pois sabemos que muitos municípios são criados sem competência para o desenvolvimento educacional. Existem municípios que sequer dispõem de secretaria de educação e são agora responsáveis pela rede de Ensino Infantil [...].

Articulação política entre Estado e município para pensar o Educação Infantil no Estado. A criança que não tem Educação Infantil entra no Ensino Fundamental em desvantagem. Se deixar a Educação Infantil só por conta do município a situação vai se agravar, pois os municípios não têm recursos. O Estado precisa "chamar" esta discussão, assumir a co-responsabilidade.

A falta de controle e fiscalização da educação nas escolas de educação infantil. Atualmente, para se abrir uma escola, a Vigilância Sanitária, os bombeiros, e a Secretaria de Obras da Prefeitura fiscalizam, mas a educação não fiscaliza. Segundo a legislação, o Conselho Municipal de Educação deveria fiscalizar, mas não tem condições estruturais de cumprir com este preceito.

2.3 A baixa qualidade e a evasão no Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental está próximo de alcançar a universalização entre as crianças de 07 a 14 anos. Este resultado se deve principalmente aos repasses do FUNDEF, que no Espírito Santo contribuíram decisivamente para a concentração da oferta de educação do setor público neste nível de ensino e a transferência de sua gestão para os municípios, segundo os gestores entrevistados.

A qualidade do Ensino Fundamental no território capixaba, é desigual no seu desempenho, se no setor privado dispomos de boas escolas, que oferecem educação de boa qualidade, o mesmo não acontece no setor público, que superou os problemas de acesso, mas convive agora com problemas de qualidade, evasão e reprovação de alunos.

A maioria dos entrevistados concordam em que nos últimos cinco anos o Estado vem progressivamente se afastando do Ensino Fundamental e repassando este nível de ensino para a gestão dos Municípios. Para três entrevistados esta medida representou um avanço, pois o Ensino Fundamental da rede municipal vem

apresentando indicadores educacionais melhores do que os verificados na rede estadual.

Uma educadora entrevistada discorda desta avaliação, e considera que a municipalização não trouxe boas perspectivas para o Ensino Fundamental, pois no Espírito Santo existem muitos municípios que não têm competência para a gestão educacional. Inclusive alguns sequer dispõem de Secretaria Municipal de Educação.

A seguir, encontram-se os registros das falas que mostram os problemas do Ensino Fundamental conforme a percepção dos entrevistados:

A educação no Estado hoje é desigual no seu desempenho e no seu diagnóstico. É impossível generalizar, pois temos o setor privado que apresenta boa qualidade, o Ensino Fundamental Municipal da RMGV também tem conseguido manter um bom padrão, com exceção de Cariacica que foge a este padrão de qualidade. Também o interior do Estado, tem apresentado boas experiências no Ensino Fundamental com gestão dos municípios.

O grande problema da educação no ES está na rede estadual, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. A péssima administração estadual em três governos sucessivos, Albuíno, José Inácio e o atual, se somaram as lutas corporativas do movimento sindical dos professores que contribuíram em muito para o descalabro hoje presente na educação, onde se evidencia a incapacidade do Estado em responder as demandas da área da educação.

No Estado, assim como na região sudeste, o Ensino Fundamental está universalizado. O Brasil caminhou bastante no sentido da universalização, mas não caminhou o suficiente em termos qualitativos e está aquém do que a nossa sociedade precisa.

A educação no espírito Santo está num processo de melhoria. Algumas prefeituras e escolas particulares têm feito trabalho interessante. Um exemplo é a Prefeitura de Vitória no Ensino Fundamental.

A qualidade do Ensino fundamental:

A qualidade do Ensino Fundamental e [...] da rede pública está muito ruim”.

Os alunos têm o comprovante de escolaridade, mas não possuem conhecimentos compatíveis. Fica evidente que estão “passando de ano” sem aprendizagem adequada.

Hoje, com o Ensino Fundamental praticamente universalizado, o desafio se deslocou para assegurar a permanência do aluno, reduzir a evasão, manter a reprovação a níveis razoáveis, buscar o ensino de qualidade e ampliar a qualificação dos professores.

Temos uma evasão de cerca de 5% dos alunos do Ensino Fundamental. Isto é muito, precisamos diminuir este número.

A educação básica da rede pública está muito ruim. O aluno que chega no [...], oriundo da escola pública, apresenta um déficit de aprendizagem muito grande e precisa de nivelamento em Português, Matemática, Física e outras disciplinas. Percebemos que não tem conteúdo compatível com o grau de escolaridade que possui, isto [...] no Ensino Fundamental.

2.4 A questão do Ensino Médio: falta definição, acesso e qualidade

Se o Ensino Médio vai bem na rede privada capixaba, o mesmo não acontece na rede pública. Para a totalidade dos entrevistados, a situação do Ensino Médio do

setor público é um dos mais graves problemas no desempenho da educação do Espírito Santo.

Os relatos expressam a percepção que este nível de ensino na rede pública, apresenta uma diversidade de problemas que demandam soluções imediatas. Mas como não dispõe de recursos do FUNDEF, encontra-se praticamente “abandonado” pelos gestores públicos. As escolas de Ensino Médio, em sua maioria estaduais, estão mal localizadas dificultando o acesso dos alunos, são antigas e estão com a estrutura física precarizada.

Na percepção dos entrevistados o Ensino Médio carece de foco e projeto que o vincule efetivamente ao projeto de vida dos jovens oriundos das camadas mais pobres da população. Como está, o Ensino Médio oferecido na rede pública não permite aos jovens condições de competitividade na disputa pela vaga na universidade pública, devido a falta de qualidade. Também não está vinculado a um projeto de educação técnica profissional que permita a inserção no mercado de trabalho.

Diante destes impasses, o Ensino médio enfrenta o desafio de inclusão e de permanência dos jovens. Para dar conta deste desafio o Ensino Médio precisa reestruturar-se e como ensina uma educadora entrevistada, deve:

.....formar cidadãos preparados para o seu tempo. O mundo de hoje é sem fronteiras para o conhecimento, que está disponível para quem sabe busca-lo. É preciso que a escola forme alunos com capacidades [...] com valores éticos, estéticos e de espiritualidade ao lado de conhecimentos cognitivos. É preciso, sobretudo, que a população de jovens reconheça a escola como condição importante na definição de seu futuro.

A seguir, encontram-se os fragmentos de falas que expressam a complexidade de problemas no Ensino Médio, como informado pelos entrevistados:

O abandono do [...] Ensino Médio. Como o governo federal não repassa recursos para esses níveis de ensino, eles estão abandonados, apresentam problemas de acesso e de falta de qualidade.

No Ensino Médio o desafio é mais complexo, pois o Estado não tem política para viabilizar o acesso do aluno que conclui o Ensino fundamental no Ensino Médio. As escolas estaduais de Ensino Médio, estão mal distribuídas geograficamente, são antigas, com área física sucateada, deprimentes (só agora estão sendo reformadas) e não estimulam os alunos. Portanto, além da qualidade ruim, o Ensino Médio ainda apresenta problemas de acesso e inclusão.

O Estado não construiu nenhuma escola de Ensino Médio na RMGV nos últimos anos. Só recentemente estão sendo construídas três escolas de Ensino Médio pelos municípios da Serra, de Vila Velha e Vitória.

Com o somatório de greves sucessivas, escolas sucateadas, qual o estímulo do aluno de Ensino Médio em ficar na escola estadual? “ O aluno que pôde se transferiu para uma escola municipal, o que permaneceu nas escolas estaduais se tornaram cidadãos de 2ª categoria.

A situação do Ensino Médio que se volta mais para excluir a juventude oriunda de famílias pobres da Universidade.

A situação do Ensino Médio é um absurdo, tem problemas de acesso e de projeto. É preciso começar de novo, repensar o Ensino Médio, ter sobre ele um novo olhar, pois não pode ser um ensino que se destina a excluir os pobres do nível superior. Ele tem que vir conjugado com uma agenda de desenvolvimento para a sociedade, um leque de políticas públicas, que permita ao jovem ingressar e manter-se no Ensino Médio. É preciso ainda que seja de qualidade, que permita ao jovem oriundo da escola pública, condições de competitividade com os filhos da classe média, na luta pela vaga na universidade ou pelos melhores empregos no mercado de trabalho.

A degradação histórica do Ensino Médio. Qual o objetivo do Ensino Médio? Hoje "ele virou uma penitência que o aluno tem que cumprir enquanto espera ter idade para ir para a universidade". O descaso do setor público, deixou o Ensino Médio para o setor privado, que é extremamente excludente.

O Ensino Médio está muito confuso, sem foco, sem proposta. Para que serve? Para entrar na faculdade? O filho do pobre não entra. Ele também não prepara para o ingresso no mercado de trabalho, para isto é preciso vincular o Ensino Médio ao Ensino Técnico Profissional, o que não está acontecendo atualmente.

O Ensino Médio, junto com o Ensino Técnico Profissional representa um desafio maior, pois não se trata apenas de construir e mobiliar escolas, o desafio é trazer e manter o aluno interessado e formar cidadãos preparados para o seu tempo.

No Ensino Médio, atualmente sobram vagas, mas isto acontece porque parte significativa dos alunos que concluem o EF, não se matricula no Ensino Médio. A esta população não interessa a escola do jeito que ela é. Quer uma escola mais rápida, mais atrativa, e que prepare concretamente para a inserção no mercado de trabalho.

Quadro grave no EM [...]. Este setor apresenta problemas de toda ordem, nas áreas física e estrutural das escolas, nas questões pedagógicas, na questão docente, de acesso e de permanência na escola.

A qualidade do [...] Ensino Médio da rede pública está muito ruim.

O concreto é que a escola pública não permite ao egresso ter competitividade para entrar no Ensino Superior público.

A educação básica da rede pública está muito ruim. O aluno que chega [...], oriundo da escola pública, apresenta um déficit de aprendizagem muito grande e precisa de nivelamento em Português, Matemática, Física e outras disciplinas. Percebemos que não tem conteúdo compatível com o grau de escolaridade que possui, isto tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental.

No segmento privado temos boas escolas de Ensino Médio, com bons empresários da educação, mas o grosso da população não tem acesso a essas escolas.

No Ensino Médio faltam vagas, condições de acesso e de permanência do aluno na escola (falta livro, passe escolar, a escola está em local inadequado, os professores em sua maioria são Dts.).

Quase a metade dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental está fora da escola, evidenciando a ausência de política de inclusão no Ensino Médio.

Quem tem só Educação Básica está preparado apenas para ter sub empregos, com baixos salários, que nem de longe conseguem competir com os valores pagos pelo tráfico.

2.5 O dilema público privado no Ensino Técnico Profissional e o baixo padrão no desempenho do aluno egresso da escola pública.

O Ensino Técnico Profissional no Espírito Santo, até recentemente era oferecido apenas pela rede federal ou pelo sistema “S” e possui uma grande demanda não atendida, segundo relato dos gestores da área de ensino profissional entrevistados.

Para estes entrevistados, durante muito tempo o Estado não se envolveu na oferta de Educação Técnica Profissional e em 2006 apresentou um projeto de escolas pólos, que segundo três entrevistados é pontual, atende a poucos alunos e encontra-se desvinculado das demandas do setor produtivo local.

Para dois gestores da área, as instituições de ensino profissional já existentes vinculadas ao “sistema S”, possuem grande interlocução com o setor produtivo, mas dispõem de capacidade ociosa devido à dificuldade de captação de alunos, já que a educação profissional não apresenta atratividade para alunos oriundos de setores que podem pagar mensalidades.

Por esta razão, estas escolas se mostram disponíveis para trabalhar em parceria com o governo estadual, oferecendo vagas a serem remuneradas pelo setor público, a um custo que informam ser menor por aluno do que o gasto pelo Estado em escolas próprias.

Em oposição a esta proposta, um entrevistado argumenta que a Educação Técnica Profissional deve ser ofertada pelo setor público, em escolas públicas, pois é muito onerosa e exige a atualização permanente de equipamentos para acompanhar a modernização do setor produtivo, demanda custos que o setor privado não tem condições de arcar.

Outro problema desta modalidade de ensino segundo relato de três entrevistados, é o baixo padrão de desempenho apresentado pelos alunos oriundos das escolas públicas que ingressam na Educação Técnica Profissional, demandando a criação de estratégias que aumentem o conhecimento dos alunos em conteúdos de Português, Matemática, leitura e interpretação de texto, para que possam acompanhar o desenvolvimento do curso.

Esta situação é especialmente dramática nos cursos que por força de cláusulas expressas nos convênios não realizam processo seletivo, onde as taxas de evasão são enormes, pois “ *os alunos percebem que não estão conseguindo evoluir, que falta conhecimento acumulado para acompanhar o curso* ” e mesmo se concluírem o curso, dificilmente conseguirão se inserir no mercado de trabalho, na profissão para a qual se qualificaram, devido às limitações de aprendizagem, avalia um gestor entrevistado.

A seguir, as respostas dos gestores sobre os maiores problemas da Educação Técnica profissional no Estado do Espírito Santo:

A Educação Técnica Profissional tem uma demanda imensa não atendida no Estado. O CEFETES antes desempenhava, praticamente sozinho, a tarefa de formar técnicos. Agora se volta para o Ensino Superior, o que tem seu lado bom, pois a UFES era a única

instituição pública voltada para o Ensino Superior no Estado. Mas como fica a formação profissionalizante? O Estado vai desenvolver um projeto de Educação Técnica Profissional?

O ensino profissionalizante no Estado durante muitos anos se resumiu ao CEFETES, que agora está se voltando para o Ensino Superior.

O Estado está mal na Educação Técnica Profissional. Há muito tempo o governo federal vem fazendo Educação Profissional praticamente sozinho aqui no Estado, com três Escolas Técnicas Agrícolas, (Colatina, Alegre e Santa Teresa) e o CEFETES.

O governo atual tem uma proposta embrionária de montar escolas pólo de Educação Técnica Profissional, como o "Vasco Coutinho", mas é uma proposta pontual, que atinge a um número muito pequeno de alunos.

O Governo do Estado ainda não faz educação profissional. Esta estrutura de governo que está sendo montada é superficial, feita de "momento", sem relação com o mundo do trabalho. Tomemos como exemplo a Escola de Educação Técnica profissional Vasco Coutinho que está sendo montada sem planejamento, sem estrutura e sem levantamento de necessidade dos cursos junto à comunidade.

O Estado sai agora com uma proposta de Educação Técnica Profissional extremamente frágil, mal formulada e sem suporte de infra-estrutura. Este não é um projeto inovador, não veio para somar.

A SEDU fez projeto de Educação Técnica Profissional sem foco no setor produtivo. O [...] está fazendo um projeto de ensino profissional com foco no setor produtivo. Já entregamos nossa proposta para o governo, que ainda não indicou os interlocutores para conversar conosco. Fizemos pesquisa com o setor produtivo. O governo solicitou ao Conselho de Educação uma resolução emergencial para implementar um projeto de Educação Técnica Profissional. Existe um terceiro projeto, elaborado pelo Movimento Espírito Santo em Ação junto com a Secretaria de Estado da Ação Social, para cursos mais rápidos, de atualização profissional. É o programa PLANTEC. A questão é que estas são todas iniciativas pontuais, que não estão estruturadas em um plano estratégico, são programas pontuais e isto incomoda.

Perdemos cerca de 50% do tempo de capacitação do aluno em nivelamento com conteúdos do ensino formal. Para muitos alunos, nem este nivelamento resolve, porque ou abandonam o curso, ou se formam, mas não tem a mínima condição de trabalhar na profissão para a qual se qualificou.

Isto [falta de condições de acompanhar os cursos pelos alunos] vem acontecendo com os cursos profissionalizantes voltados para jovens carentes, realizados com recursos do FAT, que têm apresentado altos índices de evasão, e ainda, de alunos concluintes que não possuem condições de ingressar no mercado de trabalho. Isto acontece porque o convênio com o Governo Estadual, não permite a realização de processo seletivo de ingresso e a maioria, apesar de possuir certificado de conclusão do Ensino Fundamental, mal sabe escrever, ler ou interpretar um texto. Estes alunos, mesmo se concluírem, não vão conseguir vaga de trabalho. Me sinto mal [com esta situação] me sinto enganando estas pessoas. Nestes cursos, os números de evasão são enormes porque os alunos percebem que não estão conseguindo evoluir, que falta conhecimento acumulado para acompanhar o curso.

O governo gasta uma fortuna para equipar e montar escolas de Educação Técnica Profissional, que logo depois, por falta de continuidade do projeto, são fechadas. Isto é um desperdício de recursos, por que estas escolas fechadas ou sem os cuidados adequados sucateiam rapidamente. Já aconteceu isto antes, com os Colégios Polivalentes. Onde estão os equipamentos e professores contratados para estas escolas? O governo deveria pensar melhor, planejar antes de gastar os recursos disponíveis para a Educação Técnica Profissional.

O [...] e outras escolas de Educação Técnica Profissional tem capacidade ociosa para trabalharem em parceria com o governo, desde que este repasse recursos. A parceria com o setor privado alcançaria mais resultado no ensino técnico profissional.

O [...] está operando com ociosidade, podemos capacitar muito mais, o que precisamos é de financiamento, de recursos oriundos de parcerias. Nos últimos anos formamos muito menos profissionais do que poderíamos, por falta de financiamento. Fico muito incomodado quando escuto falar que o Estado não tem técnicos em número suficiente.

Um aluno custa {para o ensino técnico e profissional} cerca de 3.000 reais/ano. O setor privado não tem condições de arcar com este custo, de montar e manter escolas equipadas com laboratórios com tecnologia atual, principalmente porque o Educação Técnica Profissional não apresenta grande atratividade para os setores da população que podem pagar pela escola.

A Educação Técnica Profissional é muito cara. Os equipamentos de alta tecnologia são muito caros e não podemos ensinar em equipamentos obsoletos, logo, precisamos investir permanentemente na compra de novos equipamentos.

A missão do Ensino Técnico Profissional é preparar para o trabalho, para que o aluno tenha uma profissão. Tem a função de abastecer a indústria com profissionais qualificados. Mas o aluno precisa ter um acúmulo de conhecimentos desenvolvidos que servirão de base para o Ensino Técnico Profissional.

O [...] capacita o aluno, posteriormente, estes passam por avaliação nas empresas, e se estiverem com déficit de aprendizagem no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio muito grande, não são aceitos, ficam fora do mercado de trabalho e acabam não aproveitando o curso que fizeram.

O curso [...] exige que o aluno tenha condições mínimas, então temos que fazer um processo de capacitação do aluno, em Matemática, Português, leitura, para ver se eles tem condições de acompanhar os cursos em que se inscreveram”.

As empresas tem razão em ser exigentes com os trabalhadores que contratam pois no mundo do trabalho atual, o trabalhador fica sozinho diante de uma máquina, e portanto tem que ser alguém com capacidade para lidar com ela.

O empresariado hoje precisa manter programas educacionais no interior das empresas para obter trabalhadores em condições de acompanhar o desenvolvimento do processo de trabalho, e para atender as exigências da certificação “ISO” .

No ensino profissionalizante de preparação para os negócios falta trabalho de acompanhamento, de medição de resultados. Ainda não conseguimos desenvolver uma prática de medição dos resultados de nosso trabalho.

Educação Técnica Profissional: falta de condições estruturais de fazer o acompanhamento da inserção dos egressos no sistema produtivo.

Hoje nesta área [empreendedorismo] temos uma boa oferta de cursos de qualidade, com predominância na grande Vitória. No restante do Estado não existe tanta demanda, os empresários não estão atentos a isto, mas temos capacidade ociosa para atender a demandas do interior caso aconteçam.

Uma escola técnica profissional com cerca de 1.000 alunos custa cerca de R\$ 1.500.000, anuais, o que somado à movimentação de alunos e funcionários pode induzir o desenvolvimento da maioria dos municípios capixabas.

2.6 A questão do Ensino Superior: a dificuldade de acesso no setor público e o excesso de oferta no setor privado.

O Ensino superior, durante muitos anos, foi ofertado no Espírito Santo por uma única instituição de ensino, vinculada a rede pública federal, a UFES. Na última década este nível de ensino passou por grande expansão, graças ao crescimento da participação do setor privado na educação. Agora conta também com a contribuição do CEFETES, instituição federal tradicionalmente ligada ao Ensino Técnico Profissional, que expandiu sua atuação para a área de cursos técnicos de nível superior, e com os programas “ Nossa Bolsa”, do Governo do Estado e o “PROUNI” do Governo Federal, que compram vagas ociosas do setor privado para alunos egressos da escola pública.

Para os entrevistados o Ensino Superior público capixaba é de boa qualidade, mas é excludente pois apresenta dificuldades de inclusão dos alunos oriundos da escola pública, que não possuem padrão de desempenho suficiente para competir pelas vagas nos processos seletivos das instituições públicas.

As instituições de ensino superior privadas apresentam problemas opostos e convivem com o excesso de oferta de vagas, e segundo entrevistados ligados ao setor, está muito próximo do seu limite máximo de expansão, podendo inclusive sofrer reduções em períodos próximos, por já haver atendido a demanda reprimida que havia no Estado. Com esse excesso de oferta, o setor passa a conviver com a competição acirrada, predominando a competição pelo menor valor da mensalidade, o que acaba por comprometer a qualidade da educação ofertada, segundo dois entrevistados. Além da baixa qualidade, consideram que o ensino superior privado também é excludente, pois a maioria da população não pode arcar com o valor das mensalidades.

O Ensino Superior capixaba se encontra desconectado das grandes questões da sociedade local, conforme avaliam três entrevistados, e mostra falta de critérios na oferta de cursos pois *“tem formado profissionais em excesso em algumas áreas, sem condições de serem absorvidos no mercado de trabalho, em outras, temos carência, como por exemplo em Metalurgia, Engenharia de Produção e Química.”*

Para outro entrevistado, o Ensino Superior capixaba tem dificuldades de acessar os recursos para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, já que o governo estadual disponibiliza poucos recursos para pesquisa e o governo federal, através da CAPES *“ tem critérios muito rígidos e desatualizados na distribuição dos recursos, o que beneficia as universidades maiores, em detrimento das menores, que estão fora do circuito tradicional de distribuição de recursos para ciência e tecnologia”*

A seguir, encontram-se os registros das falas que expressam os problemas no Ensino Superior, como relatado pelos entrevistados:

O Ensino Superior tem tido uma grande expansão no Espírito Santo graças ao setor privado. Esta expansão deu conta de uma demanda reprimida que havia no Estado, mas mesmo com a chancela do MEC, estes cursos não têm garantia mínima de qualidade. O Ensino Superior no Estado é uma educação que tem como referencia a UFES, pois não se conhece outra realidade.

O Ensino Superior expandiu muito no Estado, graças às instituições privadas, pois só agora a UFES inicia um processo de expansão, com abertura de novos cursos, e com campus no interior do Estado. Também o CEFETES, inicia um processo de expansão para o interior e entra na área do ES. O Ensino Superior parece estar estável no Estado, não acredito que se expanda mais, principalmente no setor privado.

O Ensino Superior no Estado também só contou com investimento do governo federal. Durante muito tempo o Ensino Superior público ficou por conta da UFES e agora conta também com os cursos de Tecnólogos e as Licenciaturas ofertadas pelo CEFETES. O Estado não tem uma Universidade Estadual.

Estamos chegando ao limite da educação superior no estado. O estado não tem mais mercado de trabalho para todos os profissionais que se formam nos cursos superiores existentes hoje, e que são ofertados tradicionalmente. Só há espaço em algumas áreas, em setores de alta tecnologia. Uma opção seria romper com o conceito de profissão e investir em cursos com currículos mais flexíveis como fazem alguns países desenvolvidos como os EUA e Inglaterra.

Penso que devido à competição muito acirrada diversas instituições de Ensino Superior não vão sobreviver. Espero que fiquem as melhores, aquelas que tiverem interesse real na educação e não aquelas que se contentam em fornecer diploma apenas.

O Ensino Superior está proliferando e comprometendo a qualidade. As pessoas acessam ao Ensino Superior, mas não acessam ao ensino de qualidade. Está predominando a ação empresarial que trata a educação como um negócio.

A desigualdade social é excludente porque quem é rico tem amplas possibilidades de ter acesso a educação de qualidade em instituições de Ensino Superior públicas, porque são oriundos de boas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio e podem também ingressar em instituições privadas. Quem é pobre praticamente não tem opções de ingressar no Ensino Superior.

O Ensino Superior desconectado das grandes questões da sociedade:

O Ensino Superior não pode estar desconectado com a sociedade. O projeto de expansão da UFES, que está sendo implementado no momento, deve ser pautado nas necessidades regionais e vir acompanhado de mudanças qualitativas no ensino público nas áreas de referência do campus em expansão, que permita aos jovens da região ingressarem nesses campi. O campus em expansão não pode ter como objetivo criar vagas extras para nossos filhos ou outros jovens que moram na RMGV.

Falta de critérios na oferta de cursos, que estão desconectados das necessidades do mercado de trabalho regional. Também falta qualidade do ensino nas escolas de ensino superior privadas, que têm a educação como negócio. São alunos e professores despreparados.

O Ensino Superior tem formado profissionais em excesso em algumas áreas, sem condições de serem absorvidos no mercado de trabalho, em outras, temos carência, como, por exemplo, em Metalurgia, Engenharia de Produção e Química.

O nível de conhecimento dos alunos que ingressam no Ensino Superior, oriundo das escolas públicas é muito baixo, mostrando falta de qualidade na educação.

O fato do MEC não ter delegacias regionais é prejudicial para o país e para o Estado, isto permite uma competição que não se pauta por padrões éticos entre instituições de ensino superior. Esta competição teve um lado positivo para população, pois não aumentou a mensalidade, mais por outro lado, diminuiu as possibilidades de realização de um bom curso. Hoje, se pensa em termos de "qualidade possível", dentro das possibilidades do valor da mensalidade, pois estas não permitem um investimento em infra-estrutura, não permitem remunerar bem os professores.

Falta preocupação do governo com a competitividade dos profissionais de nível superior formados no Estado. Quem está na CST? Quem está na Petrobrás?. Parece que os capixabas não estão tendo condições de competirem pelos melhores empregos.

O Estado tem um Ensino Superior com ensino de qualidade, na UFES e na maioria das instituições particulares. Mas não temos qualidade na pesquisa e pós-graduação.

Falta de condições de fazer pesquisa. O Estado investe muito pouco em desenvolvimento de ciência e tecnologia. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico são muito federalizados e demasiadamente centralizados, gerando uma "disputa" entre as universidades por estes recursos. A CAPES tem critérios muito rígidos e desatualizados na distribuição dos recursos...

2.7 A falta de qualidade na Educação de Jovens e Adultos

Dentre os três principais problemas da educação se inclui a questão do Ensino de Jovens e Adultos – EJA para dois entrevistados que se preocupam com a má qualidade na oferta desse nível de ensino no Estado.

Atualmente, o ensino voltado para o segmento populacional de jovens e adultos é ofertado pelo setor público em diferentes programas e projetos, nos três níveis de governo, municipal, estadual e federal. Contudo, esta diversidade de projetos se mantém enquanto iniciativas pontuais, desarticuladas pela inexistência de definições amplas em relação ao ensino de jovens e adultos.

A falta de continuidade na política de educação também se manifesta no EJA, que a cada mudança de secretário se desarticula, e reinicia em outros formatos e projetos. Conforme relata um entrevistado, esta indefinição leva o EJA a ser tratado por alguns gestores como "uma educação de segunda linha", como um "depósito de jovens que saíram do ensino diurno por razões disciplinares ou por motivos de trabalho".

A educação de Jovens e adultos convive com altos índices de evasão, mostrando falta de atratividade para a permanência dos alunos, o que tem levado alguns municípios a diminuir a oferta desta modalidade de ensino. Convive também com conflitos geracionais entre os alunos de 14 ou 15 anos que são transferidos para o ensino noturno por medidas judiciais e os alunos adultos, que mostram dificuldade com a dinâmica do aluno adolescente.

A seguir, os relatos relativos ao Ensino de Jovens e Adultos, coletados em nossas entrevistas:

A implementação do EJA com diferentes formatos. Conforme a LDB, no EJA o aluno não precisa ter 75% de frequência para ser aprovado, mas vários municípios exigem os 75% de frequência para aprovação do aluno. O EJA é visto por muitos gestores da educação, como uma educação de segunda linha, como depósito dos alunos que saem do diurno por motivos disciplinares ou por serem trabalhadores.

Há conflito geracional no EJA, hoje, convivemos com uma série de medidas judiciais que exigem que alunos de 13/14 anos sejam transferidos para o turno noturno. O aluno adulto, não convive bem com a dinâmica do aluno adolescente.

Não há clareza da proposta de EJA entre os gestores da educação. Seria uma política de estado ou de governo? O que vem ocorrendo é que a política de governo tem prevalecido e cada secretário implementa a sua proposta, levando a uma trajetória de descontinuidades. Só ofertamos o EJA no período noturno, mas existe uma demanda importante para o EJA diurno.

Na educação de jovens e adultos há muitos projetos de ensino competindo entre si, existe o "Alfabetização é um Direito", implementado pela SEDU em parceria com os municípios, temos também o Pró-jovem, do Governo Federal em parceria com os municípios, o Ensino Supletivo e o EJA tradicional. Contudo são todas iniciativas pontuais, que não conseguem atender as necessidades educacionais desse segmento populacional. A evasão não é um problema no EJA, é característica. Se o jovem ou adulto entra e não vê atratividade ou não percebe ganhos imediatos no trabalho, ele sai.

Devido o índice de evasão no EJA, corre-se o risco de fechar esta modalidade nas escolas.

As prefeituras preferem manter o EJA dentro do EF para receber os repasses correspondentes a estes alunos no FUNDEF.

O que fazer com os egressos do Ensino de Jovens e Adultos que estão fora da escola, e que freqüentaram uma educação de baixíssima qualidade? Eles não possuem condições de se inserirem no mercado de trabalho, não assimilaram as competências e habilidades necessárias para disputar o emprego. O Ensino de Jovens e Adultos hoje só resolve problemas estatísticos, pois aumenta a escolaridade média da população nos censos.

3. AS CAUSAS GERADORAS DOS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

3.1 Descontinuidade da política de educação no Espírito Santo

Para mais da metade dos entrevistados, uma das principais causas dos problemas da educação do Espírito Santo é a ausência de definição de um projeto de educação, que mantenha continuidade e que sinalize as linhas básicas da política educacional para a sociedade.

Para estes entrevistados, a ausência de um projeto de educação consolidado, da definição da educação como política pública, pactuada entre Estado, União e Municípios gera grandes descontinuidades, com mudanças de rumo inesperadas, não planejadas, a partir da troca do gestor estadual, dificultando a participação da sociedade no processo de resolução dos problemas da educação no Espírito Santo.

Na percepção dos entrevistados esta descontinuidade da política de educação impacta negativamente sobre todo o sistema, tanto do setor público quanto do privado, principalmente sobre a “ponta”, as escolas, que não conseguem consolidar suas práticas pedagógicas.

Provoca também a desarticulação entre as diferentes esferas de governo, que na ausência de definições claras dos rumos a seguir, ficam vulneráveis ao clientelismo e a lutas corporativas, conforme relata um entrevistado.

A seguir, encontram-se os fragmentos das falas que expressam a percepção dos gestores entrevistados:

Falta um projeto de educação para o Estado, que defina que educação o Estado precisa, e que mantenha a continuidade da política educacional.

O Estado não tem um projeto educacional para a sociedade. Na minha avaliação, o Estado deveria colocar todas as suas forças no Ensino Médio, e passar a responsabilidade do Ensino fundamental para os municípios.

Não tem ninguém que pensa a educação no nível estadual.

Como falar no desenvolvimento do capital humano sem falar em educação? O discurso dos governantes tem se mostrado vazio.

Falta ao Estado uma definição clara da política de Educação. Ter um projeto claro, que tenha continuidade, articulado com os projetos dos municípios. Temos até 2010 para implantar o Ensino Fundamental de 9 anos. A SEDU já definiu que não vai se preparar para isto. A maioria

dos municípios está se preparando para esta expansão do Ensino fundamental, mas não dão conta de assumir todas as escolas. Como vão ficar as escolas sob gestão do Estado?

Falta de política educacional clara, definida para o estado, pública e privada.

Não há produção de políticas públicas, elegemos governadores, deputados e prefeitos desvinculados de projetos em relação às políticas públicas. Os eleitos não apresentam projetos que os identifiquem, o que permite que a gestão fique à mercê da troca de secretários, e os cargos de gestão como moedas de trocas partidárias.

A mudança de secretários é uma constante. O Governo Vitor teve três secretários; no governo José Inácio também houve troca de secretário, (não sei o número exato), o governo atual já está no terceiro. Cada secretário implementou a sua política de educação, diferente dos anteriores, gerando grande descontinuidade. Não dá para identificar as linhas básicas da política educacional desses governos. No governo atual as mudanças também foram muito grandes, com a gestão de secretários com linhas muito diferentes.

Na década de 90, o Estado mostrou muita descontinuidade nas políticas públicas para a área da educação. Inexistiu e ainda não existe uma definição de projeto para a educação. Cada governo mostrou sua forma pontual de tratar problemas isolados da educação, e com frequência, dentro de um mesmo governo, houve descontinuidades a partir da troca de secretário.

As políticas de educação prometidas nos planos de governo das campanhas eleitorais não se consolidam. Já existe uma série de estratégias consensuadas entre os atores sociais que pensam a educação, e inclusive presente em diversos planos de governo, mas não são colocadas em prática, não se consolidam.

A falta de continuidade de bons governos, de boas administrações que coloquem a educação na prioridade que ela merece. De quatro em quatro anos muda tudo, com a troca de governo, muda tudo. Até mesmo a troca do secretário de educação, em um mesmo governo, tem mudado toda a política de educação implementada.

A educação no Espírito Santo não vai bem. Na prática não foi prioridade em sucessivos governos estaduais. Falta continuidade na política implementada, até mesmo dentro de um mesmo governo, quando troca de secretário muda toda a política. Estas mudanças acontecem até para caracterizar uma não continuidade com a gestão anterior.

Falta de definição da política de educação, de definição clara das responsabilidades do Estado, dos Municípios, falta de continuidade das ações da educação.

Problemas de gestão estadual: a questão da gestão da rede escolar estadual é muito séria. Em sucessivas administrações, inclusive na atual, o clientelismo é dramático.

O principal é a falta de continuidade das políticas públicas na área da educação. O volume de problemas se acumula de um governo para o outro de tal modo que a solução passa a ser de longo prazo.

O desmantelamento da "inteligência" do setor público provocou a desatualização dos quadros técnicos da SEDU, que hoje não mostram condições de atender às demandas do setor. O sistema de educação cresceu, mas não conseguiu concretizar um projeto de educação para o Espírito Santo.

A ausência de um projeto de educação, "deixou o docente à mercê das lutas corporativas", sem vinculação com a luta pela educação como um direito de cidadania.

O governo não vem enfrentando as questões da educação, vem no máximo "arrumando a casa", arrumando a administração. Penso que ele tem que investir em educação no próximo governo.

Também existe uma desarticulação muito grande entre as diferentes esferas administrativas de governo e mesmo entre os diferentes órgãos de uma mesma esfera, no tocante às decisões sobre a área da educação.

3.2 A fragilidade da gestão na educação e sua vinculação a fins eleitoreiros

A fragilidade da gestão na educação é uma das causas dos problemas de desempenho da educação no Espírito Santo conforme relatado por mais da metade dos entrevistados nesta pesquisa.

Para estes entrevistados, a fragilidade da gestão da educação se dá em todos os níveis do sistema, desde as instancias centrais, como as secretarias municipais e estadual de educação, até a direção das escolas.

A maioria dos entrevistados considera que os gestores e demais profissionais que atuam no gerenciamento da rede de ensino se encontram desatualizados e não têm condições de responder às demandas do setor. Como decorrência desta incapacidade, a rede de ensino é administrada sem planejamento e definição de metas, pois os indicadores de avaliação do desempenho escolar existentes, sequer são compreendidos pelos gestores, que não promovem o processo de supervisão e acompanhamento da rede de ensino, nem estabelecem metas de melhoria da rede estadual ou das redes municipais de ensino.

Outra questão referida à gestão na educação é a ausência de democracia na gestão escolar apontada por quase metade dos entrevistados como um das causas dos problemas que incidem sobre o desempenho da educação no Espírito Santo. Avaliam que a participação e controle social da escola se encontra muito fragilizada, não permitindo que a comunidade acompanhe o planejamento, avaliação e aplicação dos recursos da educação ou que participe da eleição de diretores escolares. Esta situação, para estes entrevistados, contribui para que a população não sinta a escola como um bem público a ser preservado.

Os conselhos de direitos da área da educação contribuem pouco para a democratização e participação social na gestão escolar, conforme relatam três entrevistados, pois apresentam atuação ineficiente e burocratizada, não se constituindo em instâncias de articulação política entre o Estado e a sociedade, nem contribuindo para a definição de políticas macro para o setor.

Quatro entrevistados relacionaram a vinculação da gestão educacional a fins eleitoreiros como uma das causas dos atuais problemas da educação no Espírito Santo. Relatam que a educação não é tratada pela gestão pública como um direito de cidadania e que está sendo usada como "moeda de troca" nas articulações interpartidárias da política estadual e municipal.

Para estes entrevistados, estas práticas político-partidárias persistem em sucessivas administrações e têm impactado negativamente na articulação entre Estado e Municípios, com destaque para a desarticulação entre a gestão municipal e as Superintendências Regionais da Secretaria de Estado da Educação, que com

freqüência implementam políticas contraditórias em uma mesma região administrativa.

Quatro entrevistados consideram que a corrupção, o roubo e a falta de ética no trato da coisa pública estão entre os fatores que impactam negativamente no desempenho da rede educacional no Espírito Santo.

Para estes entrevistados, práticas de corrupção e desvios de verbas da educação perduram em sucessivas administrações públicas, ainda que estejam sobre controle na atual administração estadual, conforme destaca um gestor entrevistado.

Segue-se o discurso dos gestores entrevistados sobre esta dimensão causal do desempenho desfavorável da educação no Estado do Espírito Santo. Os relatos a seguir expressam a percepção da gestão da educação pelos gestores entrevistados:

O desmantelamento da inteligência do setor público provocou a desatualização dos quadros técnicos da Secretaria Estadual de Educação - SEDU, que hoje não mostram condições de atender às demandas do setor. O sistema de educação cresceu, mas não conseguiu concretizar um "projeto de educação para o ES.

Má administração das escolas públicas estaduais e municipais: o "nó górdio" do desenvolvimento do ensino é a administração das escolas. Atualmente, encontrar diretores com competência, liderança e conhecimento técnico para tornar a escola eficiente é a tarefa mais importante para o desenvolvimento da educação no Estado. Se analisarmos os resultados do ENEM, veremos que as escolas com melhor desempenho são também aquelas que dispõem dos melhores diretores. A necessidade de revisão de estruturas e de pessoal é um problema. Vejo a escola como uma empresa que precisa prestar bom atendimento.

Faltam gestores preparados para focar a política de educação (tanto públicos quanto privados), gestores que possam definir e dar continuidade às políticas.

Existe a ausência de acompanhamento do desempenho das escolas pelas estruturas centrais da educação. A educação deve manter um processo de acompanhamento e supervisão das unidades de ponta pelo nível central. Isto não vem acontecendo hoje na rede de educação por falta de pessoal qualificado.

Temos estatísticas que mostram o mau desempenho dos alunos na aprendizagem de Português e de Matemática. Que uso as escolas estão fazendo destas avaliações? É preciso que a escola se debruce sobre estas avaliações, que reflita sobre os acertos e fracassos, e que a partir deles, repense a estratégia pedagógica e de gestão da escola. Mas para que isto aconteça, é necessário que os recursos humanos saibam interpretar estes resultados, que possam planejar os processos de mudança e outras competências que hoje as administrações escolares não dispõem.

A escola deve se auto-avaliar em função dos resultados do alunado, tendo o ENEM como parâmetro, e a partir daí estabelecer metas de melhoria nos resultados do ENEM a serem cumpridas pela rede escolar.

Um dos principais problemas é a ausência de gestão democrática da escola.

Fragilidade da participação e do controle social na utilização dos recursos da educação. Hoje há recursos, mas como eles estão sendo gastos? A LDB prevê o controle social das câmaras de gerenciamento dos fundos da educação, mas na prática a educação não conseguiu gerar um projeto que torne efetiva a participação em seus conselhos e órgãos de gestão.

A sociedade não tem tradição de participação, os partidos não têm enraizamento na sociedade e os meios de comunicação (TV) não são referências positivas de informação.

Na ponta, nas unidades de ensino do Estado, também existe problema de gestão, pois não existe participação, democracia. No governo Albuíno teve início um processo de discussão da questão da democracia na gestão escolar, que não se restringe apenas à eleição direta de diretores de escola. A partir do Governo Vítor, até o atual este processo parou.

A comunidade não sente a escola como um patrimônio dela, a ser preservado. Esta situação [a violência na escola] tem várias causas, mas uma com certeza, é problema de gestão.

O Conselho do FUNDEF, assim como outros conselhos, supostamente seriam para garantir a participação da população, mas na realidade, fazem muito pouco, ajudam a melhorar, mas não dão conta de controlar, avaliar e produzir política. Considero que foram criados para "aparentar" a participação da sociedade, como peça de publicidade.

A democratização da escola pública está no discurso. Os conselhos estão assoberbados de questões burocráticas e não têm tempo de discutir a "política de educação". A democratização da escola colocada na mídia (amigos da escola) não fala de participação social no planejamento, nas definições políticas e na fiscalização dos recursos e resultados.

No nível estadual se consegue garantir certa representação social, mesmo que o conselho esteja inchado com a representação de órgãos de governo, como a secretaria de planejamento, educação e outros.

A Secretaria de Educação e Conselho Estadual são muito burocratizados. Faz falta um Conselho Estadual de Educação definidor de políticas mais amplas, mais consultivo. Hoje ele está cartorial, se limita ao "aprova/não aprova". Toda vez que uma escola percebe uma oportunidade de criar um curso, ela precisa do serviço público para aprovar e isto leva no mínimo um ano. Ocorre muitas vezes a perda destas oportunidades.

No nível estadual a situação é caótica, a sociedade tem pouca ou nenhuma autonomia de representação, ainda que exerçam algum grau (pequeno) de fiscalização.

Vinculação da educação a interesses políticos eleitorais.

A educação ainda é usada como trampolim político por muitos secretários de educação. Ocupar o cargo de secretário dá visibilidade, inserção e disponibilidade de recursos, por isto se torna cobiçado como trampolim político eleitoreiro.

Os cargos técnicos das diversas superintendências regionais de educação estão loteados política e eleitoralmente entre os políticos da região, amigos do governo estadual. A partir disto, se definem várias questões e entra em contradição com a agenda da municipalização da educação, que é constantemente adiada. O estado não trata a educação como um direito, mas sim como prática eleitoreira.

Temos a proposta de romper com estas práticas eleitoreiras, e tratar a educação como um direito, mas temos problemas com a Superintendência Regional, que mantém estas práticas. Os dois sistemas, estadual e municipal trabalham em direções inversas. Se isto acontece com o nosso município que é grande, imagine com municípios mais vulneráveis, com menos poder de se colocar? O que acontece na Superintendência Regional, muitas vezes acontece à revelia da Secretaria Estadual,

por intervenção direta do clientelismo, evidenciando a falta de controle da gestão da SEDU, sobre a rede de ensino estadual.

A rede estadual de ensino, que se encontra loteada entre deputados na indicação de cargos, de professores por designação temporária e na terceirização de pessoal de apoio.

Desde o governo Vítor até ao atual, foi constante a prática de indicação de funcionários, professores e diretores de escolas por deputados ou outros políticos da região de referencia da escola, desde que aliados do governo estadual. As unidades escolares ficam, portanto, "reféns" dos deputados da região, e esses reféns do governo estadual, pois no caso de afastamento do governo, a escola é entregue a um rival político. Neste processo, os cargos de administração da escola e os de investimento por Designação Temporária passam a ser instrumento de barganha eleitoral.

Muitas escolas mantêm práticas autoritárias, com eleições de diretores reproduzindo a política partidária, com candidatos vinculados a partidos políticos ou a políticos com base eleitoral na região da escola.

Nos últimos anos a educação brasileira vem investindo muito no ambiente físico das escolas. Por um lado, isto se deve a um déficit histórico do investimento na educação, que provocou o sucateamento dos prédios escolares. Por outro lado, inaugurar escola dá visibilidade, permite ganhos eleitorais, enquanto investir na qualidade, dá resultados educacionais mais efetivos, mas tem pouca visibilidade. Eu chamo este processo de "maquiância" da educação.

Em geral, existe muita dificuldade dos governos investirem na melhoria qualitativa da escola, pois isto não tem muita visibilidade, nem conquista eleitores.

Falta de ética na política e nos governos: a corrupção e a impunidade na política cresce e se espalha nas agencias governamentais. Como é possível nossos governantes permitirem o que vem ocorrendo? Roubar dinheiro da merenda de crianças pobres, de ambulâncias?

Corrupção: este é um problema sério de nossas instituições, qualquer programa que se faça com o setor público tem corrupção.

A elite que toma de assalto o estado e o usa em beneficio próprio. O clientelismo compromete a sociedade.

Corrupção e roubo na escola. Impossível pensar que o dinheiro da educação, da merenda, está sendo desviado pelas práticas de corrupção dos governos.

Caos administrativo e político, com desvios de verba e práticas de corrupção durante sucessivas administrações, registre-se que na administração atual encontra-se razoavelmente controlado.

3.3 A questão docente: desvalorização e baixa qualificação

A quase totalidade dos gestores entrevistados concorda em que uma das causas do desempenho desfavorável da educação pública no Espírito Santo se refere à baixa qualificação dos professores. Consideram que a baixa remuneração e a ausência de política voltada para a valorização dos professores não permite a atração e permanência de bons profissionais na área da educação.

Para a maioria dos gestores, os salários pagos na educação estão muito baixos, obrigando os professores a trabalharem em dois ou três empregos, o que os deixa sem tempo de planejamento e estudo para a função docente. Esta situação, somada à incipiência dos programas de formação continuada, acaba por tornar o professor desatualizado e sem condições de acompanhar a evolução do conhecimento no mundo moderno e despreparado para o enfrentamento dos problemas.

Contribui para a desvalorização da função docente a precarização dos vínculos de trabalho verificada no setor, com a existência de grande número de docentes contratados por designação temporária, os Dts, e a ausência de política de profissionalização do pessoal da escola, através da realização de concursos públicos e definição de planos de carreira que contribuam para a qualificação e permanência dos professores.

Quando solicitados a falar sobre as causas dos problemas da educação, a quase totalidade dos entrevistados levantou a questão docente, como demonstra os fragmentos de falas registrados a seguir:

A má remuneração dos professores dificulta a atração de bons profissionais para o trabalho na educação.

A falta de valorização dos profissionais da educação. Com esse salário, sem perspectiva de carreira, como captar e manter bons educadores?

Mantém-se nas administrações [estaduais] a ausência de política de valorização de profissionais da educação, com salários compatíveis e realização de concurso público. Esta situação, somada ao movimento sindical dos professores, levou a greves sucessivas no setor, com calendários diferenciados na rede escolar e desestímulo geral de alunos e professores da rede estadual.

A educação será muito melhor no dia em que o professor for capacitado e valorizado.

Ausência de política de profissionalização de pessoal da escola. (professores e outros profissionais) É importante compor a escola com diferentes profissionais como bibliotecários, pedagogos e psicólogos, pois os problemas com os quais a escola convive hoje são muito complexos e demandam a intervenção de diferentes profissionais.. Também é importante ter uma política de formação de professores, isto é, formar professores qualificados para atuar sobre os novos problemas da educação, como a questão da violência e o tráfico na escola e na comunidade do entorno da escola.

Os salários estão demasiadamente baixos, os professores trabalham em dois ou três empregos para sobreviverem e manterem suas famílias. Aquela etapa em que a professora usava de seu salário como um recurso particular para comprar supérfluos está superada. Hoje, é preciso discutir formação, carreira.

O atual governo implementou mudanças no plano de carreira dos professores, mas ainda está longe do ideal. É preciso um plano de carreira, onde a evolução se dê por critérios como merecimento, formação e capacitação.

Falta de investimento na formação dos profissionais. Atualmente os professores não são preparados para a sala de aula, não sabem lidar com os muitos problemas que aparecem no cotidiano da escola. Antes, as Escolas Normais cumpriam o papel de preparar para a docência.

Falta de qualificação dos professores: os professores não estão preparados para dar aulas, e os salários pagos no magistério não atraem bons profissionais.

Ensino Formal: a qualidade do professor é ruim, mostra muita condescendência em relação à avaliação do aluno.

Qualidade do professor, pela má remuneração. O professor não tem a qualificação necessária, não tem didática para lidar com as demandas da escola.

A ausência de importância e valor que se dá aos professores, aos técnicos, pessoal de apoio e ainda ao corpo docente de uma instituição escolar. Não se paga adequadamente aos educadores e não se tem estrutura de ensino apropriada.

Falta política de valorização, capacitação e qualificação dos professores e profissionais de ensino, com a remuneração adequada, com o estabelecimento de carreiras a partir da avaliação do trabalho docente.

Temos um problema estrutural, onde os professores são mal remunerados, mal preparados, somado a precariedade do ensino, falta de rigor do MEC que deveria ser mais presente em medir, avaliar e cobrar resultados do sistema educacional.

O grande número de docentes contratados por Designação Temporária: as escolas precisam de pessoal efetivo, que permaneçam na escola, que sejam reconhecidos na comunidade, que façam parte da identidade da escola. O DT, não assume compromissos com a escola, e nem pode assumir, já que trabalha geralmente em duas ou mais escolas para completar a carga horária e salário, pode ser transferido ou substituído a qualquer momento.

O quantitativo de docentes por Designação Temporária, os DT's, representa um grave problema. Como manter os professores qualificados? Como desenvolver um projeto de escola com quase 70% de professores temporários?

3.4 Pobreza, desigualdade e falta de envolvimento da família com a escola

Quando perguntados sobre as causas dos problemas atuais da educação no Espírito Santo, sete entrevistados analisaram que o desempenho do aluno não está relacionado unicamente a fatores relativos a escola e ao sistema educacional, que existe uma relação de determinação entre as condições de vida do alunado e suas famílias e seu desempenho escolar.

Para esses entrevistados, os alunos oriundos de famílias pauperizadas apresentam uma somatória de fatores sociais e pedagógicos, como a precariedade de sua subsistência, a necessidade de contribuir para o sustento familiar e uma história de desestímulo que incidem sobre seu desempenho escolar, possivelmente atrapalhando a sua progressão e permanência na escola.

Quatro entrevistados se ressentem da ausência de compromisso das famílias em relação à educação dos filhos e da transferência para a escola da responsabilidade em formar valores éticos e morais nas novas gerações.

A seguir, encontram-se os fragmentos discursivos que expressam a percepção dos gestores entrevistados:

Falta de envolvimento das famílias com a escola. As famílias estão se descomprometendo da educação de seus filhos, em especial as famílias desestruturadas. Muitos pais "despejam" seus filhos na escola e não assumem compromissos.

Baixa escolarização das famílias: pesquisas mostram que mães com mais escolaridade exigem mais e participam mais da vida escolar dos filhos.

Desestruturação das famílias: o conceito tradicional de família, com pai, mãe e filhos, não acontece ou ocorre muito pouco. Para que família a educação fala? Temos que repensar nossa relação com a família.

Em educação é difícil isolar uma causa. Pode-se identificar fatores associados a determinada situação. Por exemplo, as estatísticas mostram que alunos com idade adequada para a série que cursa têm melhor desempenho. Isto acontece porque esse aluno traz uma série de fatores que possivelmente atrapalharam seu desempenho: é oriundo de uma família pauperizada, tem uma história de desestímulo na vida escolar, numa soma de fatores sociais e pedagógicos que impactaram sobre seu desempenho.

Cada vez mais famílias transferem para a escola a responsabilidade pela educação dos filhos, em formar valores éticos e sociais.

A situação de pobreza em que grande parte da população do país está imersa.

Ordem social: estrutura da sociedade com muita desigualdade social.

Os jovens não têm tempo de se dedicar aos estudos. São de famílias de baixa renda e precisam trabalhar para sobreviver. Em geral, a partir dos 16 anos entram no mercado de trabalho informal.

Baixo nível de inclusão social no Espírito Santo, desemprego, baixo nível econômico e pobreza.

3.5 Política de financiamento da educação

Quanto aos recursos financeiros aplicados na educação, os entrevistados analisam que o Espírito Santo está na média nacional, mas que falta planejamento e transparência na aplicação destes recursos.

Cinco gestores entrevistados concordam em que uma das causas dos atuais problemas da educação no Espírito Santo é a política de financiamento da educação, merecendo destaque a atuação do FUNDEF.

Para estes gestores, o FUNDEF foi um marco que permitiu a quase universalização do Ensino Fundamental entre as crianças de 07 a 14 anos, mas em contrapartida, ao financiar apenas este nível educacional, contribuiu para a desacelerar a expansão da Educação Infantil no setor público e não propiciou a expansão do Ensino Médio.

Para um entrevistado falta investimento na educação pública capixaba, pois a dependência dos repasses financeiros do Governo Federal evidencia que o Estado e os municípios estão investindo pouco em educação, não dando a esta política pública a prioridade que ela merece.

Em concordância com esta questão, outro entrevistado destaca que os valores pagos pelo FUNDEF não cobrem os custos da educação, que a educação de qualidade só será possível com o efetivo compromisso e investimento compartilhado entre as três esferas de governo, União, Estado e Municípios.

Em relação ao processo de municipalização, um entrevistado manifestou preocupação em relação à transferência do Ensino Infantil e Fundamental para a gestão municipal, pois avalia que muitos municípios sobrevivem às custas de repasses constitucionais e não dispõem de condições técnicas e financeiras de gestão sobre a educação municipal.

A seguir, as respostas dos gestores da área de Educação sobre o impacto da política de financiamento sobre o desempenho da educação no Estado do Espírito Santo:

O Estado está na média nacional. Não tem carência de recursos aplicados na educação, o problema está na aplicação destes recursos.

Nos últimos anos é nítida a ampliação dos recursos na educação. Do ponto de vista financeiro, temos recursos, mas não planejamos sua aplicação e conseqüentemente aplicamos mal. Também não existe transparência na aplicação destes recursos.

O ES está como o resto do país, o Ensino Fundamental avança quantitativamente, atingindo quase 100% das crianças de 7 à 14 anos de idade. O contingente que entrou, que antes se encontrava excluído da escola, é de famílias que se situam abaixo da linha da pobreza.

O governo [Estadual] teve coragem de municipalizar a educação, contrariando fortes interesses políticos clientelistas.

O FUNDEF foi um marco na educação, pois permitiu condições para a universalização do Ensino Fundamental.

O FUNDEF foi fundamental para o alcance deste quantitativo, [a universalização do ensino fundamental], mas impactou negativamente na Educação Infantil, que desacelerou sua expansão a partir de sua implantação, e no Ensino Médio que não se expandiu. Isto ocorreu porque este fundo não prevê recursos para as duas pontas da educação básica, a Educação Infantil e o Ensino Médio.

O FUNDEF é uma sub-vinculação dos recursos da educação, que faz parte dos repasses constitucionais de 25%. Estes fundos foram positivos, em parte, no alcance da universalização, ainda que 5% das crianças estejam fora da escola na idade de 7 à 14 anos. O que é um absurdo! O problema do FUNDEF é que limitou o financiamento ao Ensino Fundamental na faixa de 7 a 14 anos. Isto teve uma repercussão positiva no alcance da universalização, mas ao mesmo tempo, inibiu o investimento do Estado e dos municípios no Ensino Médio e na educação Infantil.

O FUNDEF trouxe um freio na Educação Infantil ao concentrar o investimento no Ensino Fundamental, exclusivamente na faixa de 07 a 14 anos. Nem o Ensino de Jovens e Adultos -EJA foi contemplado. Com esta situação, o filho do pobre tem um atraso de 6 anos em relação ao filho do rico, quando chega na escola.

O repasse da gestão do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental para os municípios é um problema, já que a maioria dos municípios sequer dispõe de secretaria de educação. São medidas tomadas atabalhoadamente, sem considerar as condições dos municípios.

A nova Lei da educação, ao estabelecer prioridades de atendimento não foi construtiva, porque o Estado se afastou do Ensino Infantil e vem progressivamente se afastando do Ensino Fundamental, e repassando estes níveis de ensino para os municípios. Esta não é uma boa perspectiva, pois sabemos que muitos municípios são criados sem competência para o desenvolvimento educacional. Existem municípios que sequer dispõem de secretaria de educação e são agora responsáveis pela rede de Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

Temos municípios que sobrevivem basicamente de repasses, e não tem condições de manter o setor da educação.

A Lei passou para os municípios a responsabilidade de fiscalizar a Educação Infantil privada, e a maioria dos municípios não tem condições de assumir esta determinação legal.

Falta investimento em educação. O Estado investe pouco, a educação depende praticamente de repasses federais.

O ensino público perdeu tempo nos governos estaduais anteriores, que não se preocuparam com a educação. No atual governo perderam-se os três primeiros anos, com pouco investimento de educação.

Alguns setores argumentam que o FUNDEF cobre os custos da educação, mas na verdade os valores pagos por este fundo são muito baixos. A oferta de educação de qualidade só se fará possível com o aumento do investimento realizado pelo Estado, União e Municípios.

4. AS ESTRATÉGIAS IMPLIMENTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS SETORES DA EDUCAÇÃO

4.1 Estratégias desenvolvidas pelo setor municipal de ensino

Os entrevistados em sua maioria concordam em que, nos últimos cinco anos, o Estado vem progressivamente se afastando do Ensino Fundamental e repassando este nível de ensino para a gestão dos Municípios, enquanto mantém o Ensino Médio sob gestão estadual.

Com a responsabilidade de gestão sobre o Ensino Fundamental e dispor de recursos dos repasses do FUNDEF, os gestores municipais entrevistados afirmam que no primeiro momento viram-se na contingência de investir na melhoria da infraestrutura física da rede escolar que encontrava-se deficitária, com a reforma e construção de escolas e com a compra de equipamentos. Os resultados nessa área para os entrevistados são animadores, pois, na Região Metropolitana da Grande Vitória, em dois municípios não existem mais alunos estudando em espaços inadequados, os chamados “anexos”, enquanto um terceiro avança bastante neste sentido, com a remodelação de 16 escolas e a construção de 8 novas unidades de ensino.

Conforme relataram os gestores, de três municípios da RMGV, as mudanças da rede física das escolas tiveram como referência, a ampliação do número de vagas e a adoção de um conceito arquitetônico que promove um novo conceito de sala de aula, que tenha condições de oferecer maior atratividade para a permanência do aluno na escola, com a ênfase na construção de salas de apoio multiuso, bibliotecas, salas de dança, laboratórios de informática, auditórios, áreas para esportes e salas de educação especial, como preparação da escola para oferta de educação em tempo integral.

Segundo estes entrevistados, as mudanças na área física são condições indispensáveis para o aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, com a criação de espaços que permitam o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais próximas da linguagem da juventude, com o objetivo de adequar o currículo ao mundo de hoje e de melhorar a aquisição de conteúdos de Português, Matemática, Ciências, História, com a prática de atividades extra-sala de aula, como feiras de ciências, concursos de redação e outros.

Para os gestores municipais, superada a fase de investimento na melhoria da área física das escolas, o desafio se transfere para o desenvolvimento qualitativo da escola, isto é, repensar as diretrizes curriculares, investir na formação e na

valorização dos professores, investir no desenvolvimento de práticas e projetos pedagógicos que mantenham o aluno na escola, e que produzam resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, as mudanças promovidas pelos gestores municipais nas escolas, destacam a promoção de atividades nas áreas de cultura, esportes e informática, com a construção de laboratórios, ginásios de esportes, piscinas e oferta de atividades extracurriculares a alunos de um turno, em outro turno. Merece destaque nas estratégias municipais, a compra de livros e instalação de bibliotecas.

A necessidade de prevenção à evasão e à reprovação na rede municipal também é destacada por dois gestores que relatam o desenvolvimento de práticas pedagógicas de acompanhamento sistemático dos alunos e trabalho com as famílias, com o objetivo de atuar antes que a evasão ou a reprovação se concretize. Neste trabalho, um gestor informa contar com a parceria do Ministério Público, que atua junto aos pais, exigindo o retorno do aluno a escola. Esta estratégia vem dando bons resultados, na avaliação de um gestor municipal, reduzindo a evasão escolar de 12% para 5% em três anos.

Outra estratégia observada nos relatos dos gestores municipais foi a profissionalização do corpo docente, com a realização de concursos públicos, que promoveu a diminuição significativa do quantitativo de professores contratados por designação temporária.

A questão da gestão democrática e participativa das escolas também foi enfatizada no relato dos gestores entrevistados, que enfocaram a prática de eleição de diretores, a formação de conselho por escola e a articulação com o conselho Municipal de Educação como uma forma de superar práticas autoritárias de gestão e promover a participação dos diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar.

Por ultimo, observa-se nas estratégias municipais a proposta de aumentar a autonomia da escola, com a elaboração de planejamento local e dotação orçamentária para que a própria escola planeje e decida pequenas compras e seu próprio projeto de melhoria.

Segundo avaliação dos gestores, os resultados alcançados são amplamente favoráveis à gestão municipal, bastando observar o número de alunos que são transferidos pelos pais das escolas estaduais para as municipais.

Segue-se o relato dos gestores municipais sobre as estratégias desenvolvidas e os resultados alcançados pela rede municipal de ensino da RMGV:

A construção de três escolas de período integral, [...] nos moldes das escolas construídas pela Prefeitura de São Paulo, nos bairros que são áreas de concentração de famílias em situação de risco social.

O grande desafio atual é o desenvolvimento qualitativo da escola, isto é, repensar as diretrizes curriculares, investir na formação e na valorização dos professores, investir no desenvolvimento de práticas e projetos pedagógicos que mantenham o aluno na escola, e que produzam resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.

Criar 19 laboratórios de informática nas escolas, com internet para promover novas práticas educativas, que superem a pedagogia do "cuspe e giz".

Ampliação e manutenção da rede de educação do município.

Mudanças arquitetônicas que promovam um novo conceito de sala de aula com o objetivo de oferecer maior atratividade para a permanência do aluno na escola. Construção de salas de apoio multiuso, bibliotecas, salas de dança, laboratórios de informática, auditórios e salas de educação especial.

Reforma de 16 escolas com o caixa escolar, na modalidade de carta convite direto entre a escola e a empresa. Isto permitiu agilidade e racionalização dos custos.

Sete escolas estão construindo o seu "Plano de Melhoramento" que é o planejamento local de melhoria da escola.

Construção de 8 novas escolas, diminuindo o quantitativo de crianças estudando em escolas inadequadas, os chamados "anexos".

Alocação de 4 milhões de recursos próprios da prefeitura na rede escolar.

Compra de 2 ônibus para o transporte escolar.

As escolas estão com boa infra-estrutura, com espaços permanentes, com exceção dos bairros onde estão sendo construídas as escolas integrais.

100% dos alunos de 7-14 anos recebem uniformes.

Compra de 2 milhões de livros para 25 bibliotecas nas escolas.

Diminuição dos roubos nas escolas.

Melhora na qualidade da merenda escolar.

Expansão da cobertura de matrículas no Ensino Fundamental pela rede municipal, saltando de 16.000 em 2001 para 30.000 em 2006.

Expansão da educação profissional em parceria com o CEFETES, para a abertura de uma unidade de ETP no município, que teve como resultado o 1º Curso de Técnico Ferroviário".

Contratação de assessoria com profissionais reconhecidos na educação para repensar as diretrizes curriculares. Este processo deverá se desenvolver com o envolvimento dos docentes, alunos e pais. O objetivo é adequar o currículo ao mundo de hoje e enfatizar a prática de novas estratégias de ensino, com a promoção de atividades extracurriculares.

Estimular a aprendizagem da escrita, com a promoção do projeto "Escrita que Vale Ouro, Prata e Bronze", onde os 120 alunos com melhores redações, "Ouro", serão contempladas com excursão de estudos a Ouro Preto, MG, outras 120 "Prata", receberão como prêmio uma viagem a uma cidade histórica do Espírito Santo, e mais 120, "Bronze" farão uma excursão a um bairro histórico do Município da Serra.

... Implemento de atividades esportivas, ofertando diferentes práticas esportivas, incluindo-se os esportes competitivos.

Implemento de atividades nas áreas de cultura e ciências, observando-se a vocação local.

Aumentar o tempo de permanência do aluno na escola, promovendo atividades extras curriculares opcionais, para o aluno de um turno no outro turno. São atividades de cultura, lazer e esportes.

Ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, com a oferta de atividades nos dois turnos, sendo as aulas regulares em um turno e atividades complementares no outro.

Prática de acompanhamento permanente dos alunos pelos pedagogos e professores, visando prevenir a reprovação e evasão escolar. A evasão e a reprovação se dão por diferentes causas, este trabalho se propõe a atuar conforme as causas.

Parceria com o Poder Judiciário e Ministério Público para intervir junto aos pais quando os alunos começam a faltar as aulas. Este trabalho é preventivo, atua antes de se consolidar a evasão do aluno da escola.

Melhora nos índices de evasão de 12 para (5%) e reprovação escolar(12%).

Diminuição dos índices de evasão e repetência (dificuldade de quantificar esta diminuição por que as escolas não informam com dados confiáveis.).

PAEB: instrumento de avaliação do desempenho escolar aplicado pelo Estado (2004), mostrou o município com resultados acima da média estadual.

Nossos resultados positivos podem ser conferidos com o número de matrículas nas escolas municipais. As escolas estaduais do município [de Ensino Fundamental] estão esvaziando. Os pais estão trazendo os filhos para a escola municipal.

O núcleo de saúde dos trabalhadores da educação que prioriza os cuidados com a voz, programas de combate ao stress ocupacional.

Portaria autorizando os professores a se afastarem para fazerem Mestrado na área da educação.

Estamos promovendo mudanças no Estatuto do Magistério.

Promover a capacitação dos professores, valorizar os profissionais da educação com salários e condições de trabalho adequadas.

Plano de Valorização do Magistério, enfatizando melhoria no plano de carreira, estatuto e formação de professores.

Educação continuada de professores.

Remuneração de horas de planejamento.

Realização de concurso público quando foram contratados 395 novos professores.

Efetivação de 70% dos professores da rede.

Superar práticas autoritárias de gestão, promovendo a participação dos pais e da comunidade na escola, eleição de diretores (nossa prática tem mostrado que os diretores eleitos têm muito mais compromisso com a escola), formação de conselhos de escolas, capacitação política dos diretores e conselheiros eleitos.

Projeto "Orçamento Escolar Mirim": estamos destinando R\$1.500.000,00 a ser dividido pelas escolas, em quantitativo proporcional ao número de alunos. São os alunos de cada escola que vão decidir como e em que vão ser investidos estes recursos e ainda, fiscalizar estes gastos. O objetivo é promover a aprendizagem da prática democrática.

Programa de Educação Cidadã, como promoção da gestão democrática da escola.

Respeito à autonomia e à responsabilidade do Conselho Municipal de educação.

Inibir a ação dos "currais eleitorais", com a realização de concursos públicos. Em [...] 70% dos professores eram DT's, contratados a partir de cotas entre os vereadores. Para quebrar, romper com esta questão, fizemos processo seletivo para contratação de professores, e estamos nos preparando para a realização de concurso público.

Organização dos "Conselhos de Escola" para garantir a gestão democrática e participativa entre os diferentes segmentos que compõem a gestão escolar. O objetivo é chegar à eleição de diretores, com envolvimento da população.

Estratégia de vencer a burocracia com a "descentralização de recursos", isto é, de colocação do recurso direto na escola, em quantitativo proporcional ao número de alunos. Hoje as escolas dispõem de recursos para uma série de questões, para compra de merenda escolar, de pequenos reparos, compra de equipamentos...

Aporte de recursos próprios do município na área da educação. Além dos repasses federais, o município complementa com recursos próprios.

O Projeto "Escola Aberta" desenvolvido em parceria com o MEC em 18 escolas da Serra. Estas escolas abrem nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer pelos alunos e suas famílias.

Terceirização da merenda.

Contratação de guarda patrimonial para as escolas e parceria com a PM para a segurança nas escolas.

Gestão da educação a partir de diagnóstico e planejamento das ações, considerando as características da comunidade de referência da escola, o número de alunos, os aspectos físicos e de equipamentos das escolas.

Plano de melhoramento da escola: definição de metas quantitativas e qualitativas de melhoramento por escola. As estatísticas das escolas retornam para a escola, para trabalhar "fatos e dados" que os números mostram. Neste processo busca-se desenvolver estratégias de enfrentamento dos fatos que os números revelam.

Criação do sistema de educação do município, em conjunto com Conselho Municipal de educação.

Ampliação da capacidade de gestão da escola, que foi dotada de autonomia financeira recursos e capacitação de dirigentes.

Credibilidade Pública: as estatísticas escolares mostram que os pais confiam na escola municipal e optam pela transferência de alunos das escolas estaduais para as municipais.

4.2 Estratégias desenvolvidas pelo setor estadual de ensino

A maioria dos entrevistados concorda em que a educação no atual governo passa por um processo de melhoria, mas que há um déficit histórico de investimento a ser resgatado, advindo dos governos anteriores, o que torna o processo de recuperação da educação lento e difícil.

Entretanto, três entrevistados discordam desta avaliação, e consideram que a falta de investimento em educação, já histórica, permanece no atual governo, fazendo com que o desempenho da educação se apresente desigual no Estado, se comparados os setores públicos e privados, ou o âmbito estadual e o municipal. Conforme relatado, os problemas da educação são mais intensos na rede estadual, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental.

Entre as estratégias desenvolvidas pelo nível estadual estão as medidas de correção de fluxo, com o objetivo adequar a idade à série cursada, possibilitando que o aluno frequente mais de uma série no mesmo ano. Mesmo não existindo estudos conclusivos de avaliação destas medidas em termos de qualidade da aprendizagem, ela tem se constituído em mecanismos de melhoria do fluxo de alunos na escola, relata uma educadora entrevistada.

Outra estratégia desenvolvida no Ensino Fundamental é o implemento da proposta de jornada ampliada, que aumenta o tempo de permanência do aluno na escola, com a realização de outras atividades pedagógicas como, esportes, música, artes.

Também buscando melhorar a qualidade dos níveis de ensino fundamental e médio, o Estado vem desenvolvendo estratégias de estímulo à leitura, com o fomento de bibliotecas, com a compra de livros e o investimento em laboratórios de informática. Para que estas medidas sejam mais efetivas, e alcancem melhores resultados, falta ainda ao Estado contratar pessoal especializado para o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas e nos laboratórios de informática, conforme analisa uma educadora.

O Espírito Santo não conta com unidades de Ensino Superior gerenciadas pelo Estado, contudo a atual administração estadual implantou o programa “Nossa Bolsa” como estratégia de expansão das oportunidades de inclusão dos alunos egressos da escola pública no Ensino Superior.

Segundo relato de um entrevistado outra medida positiva do Estado na atual administração foi a implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, que tem favorecido o implemento da pesquisa e produção científica nas instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, do Espírito Santo.

Outra estratégia, diz respeito à Educação Técnica Profissional, desenvolvida pelo Estado através de duas proposições. Na primeira, desenvolvida em parceria com o setor privado da educação, onde busca captar e financiar vagas para alunos de nível médio das escolas públicas, enquanto na segunda, busca-se a implantação de escolas pólos de Educação Técnica Profissional gerenciadas pelo próprio Estado.

A seguir, o registro das falas dos gestores entrevistados sobre as estratégias desenvolvidas pelo nível estadual de ensino:

Nas gestões estaduais anteriores houve pouca manifestação em relação à educação. O governo atual, vem mostrando preocupação com a educação, na reestruturação de seu governo. Mas este não é um processo rápido, pois há muita coisa a ser feita, muita coisa para recuperar. Espero que no segundo mandato ele possa fazer grandes investimentos na educação. Contudo, a educação do Espírito Santo não difere da situação da educação nacional.

A educação no Estado está num crescente, mas com uma caminhada longa ainda a ser percorrida. O estado está tendo muitas oportunidades de desenvolvimento, sobretudo com a sensibilidade do governo estadual de interiorizar a economia, então há uma necessidade premente de alavancar a educação da criança, do adulto também, para ter uma melhor oportunidade, uma maior inclusão social e para isso nós vamos ter que ombrear juntos, iniciativa privada (empresas), poder público (estadual, municipal e federal), nessa indispensável empreitada.

A educação, não só no Espírito Santo, é um processo em evolução constante. A educação no Estado tem melhorado e se aperfeiçoado bastante.

O ES hoje está na média do Brasil em termos de problemas e soluções na área de educação, apesar de toda a bandalheira por que passamos nos últimos governos. Na atual administração estadual a situação da educação começou a mudar.

Implemento da municipalização do ensino [pelo governo estadual], que tem evidenciado que os municípios ofertam ensino com mais qualidade.

Reforço na merenda escolar.

Medidas de correção de fluxo: acelerar o fluxo do aluno para acompanhar e adequar a idade à série cursada, possibilitando que o aluno freqüente mais de uma série no mesmo ano. Não existem estudos conclusivos de avaliação destas medidas em termos de qualidade da aprendizagem, mas serviu para melhorar o fluxo de alunos na escola.

Jornada ampliada: aumento do tempo de permanência do aluno na escola, com a realização de outras atividades pedagógicas como, esportes, música, artes.

Estímulo à leitura com o fomento de bibliotecas e a compra de livros. Falta ainda dotar estas bibliotecas com pessoal qualificado.

Investimento em laboratórios de informática, democratizando o acesso às tecnologias informacionais. Falta ainda ampliar, dotando a rede escolar de internet de alto desempenho.

Investimento do Estado na Educação Superior através do "Programa Nossa Bolsa".

Implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, que tem favorecido o implemento da pesquisa e produção científica nas instituições de Ensino Superior, tanto publicas quanto privadas.

A proposta de "compra de vagas" na Educação Técnica Profissional pelo governo estadual, também é inclusiva pois torna o Ensino Médio mais atrativo para a juventude pobre, além de qualificar para o ingresso no mercado de trabalho.

O programa "Nossa Bolsa" que abre vagas no Ensino Superior para alunos egressos da escola pública, é importante, pois promove a inclusão. Este projeto precisa ser ampliado.

O governo [Estadual] está investindo no ensino profissionalizante e implementando uma política de inclusão no Ensino Superior em parceria com as instituições particulares através do programa "Nossa Bolsa".

Implantação de programa emergencial em relação ao Ensino Profissional de nível médio [pelo governo estadual] em parceria com instituições privadas que atuam tradicionalmente no setor.

Ampliação da Educação Profissional.

4.3 Estratégias desenvolvidas pelo setor federal de ensino

Entre as estratégias de enfrentamento das grandes questões da educação realizadas pelo nível federal de ensino, os educadores entrevistados incluíram tanto as diretrizes preconizadas pelo Ministério de Educação - MEC, quanto as atividades desenvolvidas no Espírito Santo por duas instituições federais, a Universidade

Federal do Espírito Santo, UFES e o Centro Federal de Ensino Técnico Profissional, CEFETES.

Em relação ao MEC, a maioria dos entrevistados concorda em que as diretrizes relativas ao Ensino Superior têm contribuído para a qualidade do ensino, pois são flexíveis, permitindo a inserção de conteúdos locais nos currículos e que o sistema de avaliação implantado diminuiu os efeitos da competição desenfreada entre as instituições privadas de ensino.

Contudo, dois gestores criticaram a política de pós-graduação e de financiamento da pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia, que consideram demasiadamente rígida e centralizada nas universidades dos grandes estados.

As instituições federais estão ampliando sua presença no Estado, segundo os gestores entrevistados. Nos últimos anos a UFES e o CEFETES estão ampliando o número de vagas, com abertura de novos cursos e a descentralização de suas unidades de ensino para outros municípios. Ressalta-se a iniciativa da UFES em abrir dois centros no interior do Estado e do CEFETES, que passa por um processo de expansão em todos os níveis, para diversos municípios do Estado, e com a abertura de cursos tecnológicos de nível superior.

Na UFES merece destaque ainda a abertura de nove cursos de Mestrado e dois cursos de Doutorado nos últimos três anos e o desenvolvimento de pesquisa e produção do conhecimento referente às grandes questões da sociedade capixaba: educação, saúde, tecnologia, história e cultura capixaba.

Como resultado, os gestores das instituições federais consideram a legitimidade diante da sociedade capixaba, com o quantitativo de inscritos nos processos seletivos, no reconhecimento de seus professores pelos profissionais das respectivas áreas, pelos resultados nas avaliações nacionais e pela aceitação dos egressos no mercado de trabalho.

Outra estratégia destacada pelos gestores das instituições federais de ensino foi a articulação com o setor produtivo, na realização de parcerias com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional, *conforme* relata um entrevistado.

Segue-se o relato dos gestores entrevistados sobre as estratégias desenvolvidas pelo nível federal de ensino:

O projeto de avaliação implementado pelo MEC contribui para a garantia da qualidade no Ensino Superior, diminuindo os efeitos da competição desenfreada entre as instituições privadas, às custas da qualidade do ensino.

A hierarquização das instituições de Ensino Superior, feita pelo MEC, definindo objetivos para cada nível do sistema, ficando as Universidades voltadas para pesquisa e pós-graduação e os Centros Universitários, mais flexíveis e voltados para o ensino.

Uma grande mudança foi a definição de "diretrizes curriculares" em substituição aos "currículos mínimos" do Ensino Superior, o que permitiu maior flexibilidade no implemento de conteúdos vinculados à realidade local.

Estamos oferecendo cursos de Licenciatura em Química, Física, Biologia, Engenharia Mecânica e Elétrica com o objetivo de formarmos professores para a Educação Técnica Profissional. Hoje o Estado não conta com professores nessas áreas.

Política do MEC de ampliar o ensino superior, a partir do ensino privado, através do PROUNI.

O FUNDEF quebrou com a noção de aluno pobre e aluno rico, ao estabelecer que o repasse fosse per capita, isto é, o aluno "carrega" o recurso para onde vai.

Estratégia de cursos curtos, os tecnólogos, que é mais centrado na área específica do curso e permite suprir o mercado de trabalho com mais rapidez.

Em 2007 estaremos oferecendo o curso de Sistema de Informações semi-presencial, em parceria com o NEAD/UFES.

O CEFETES, também vem implantando unidades em diversos municípios e diversificando a oferta de cursos profissionalizantes.

A UFES é o maior centro de pesquisa do Estado, com pesquisadores que se preocupam com as grandes questões da sociedade capixaba: educação, saúde, ciência e tecnologia, história e cultura.

Estamos realizando educação continuada de trabalhadores com a oferta de cursos de capacitação e atualização de 100 horas, para a qualificação de trabalhadores empregados ou para promover o acesso ao emprego.

Oferta dos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. (O curso de Mestrado está com 25 anos e o de Doutorado com 3 anos).

Ampliamos muito o número de alunos no sistema CEFETES e estamos atualmente com 11.000 alunos regularmente matriculados.

Qualificamos cerca de 9.000 alunos anualmente, nos cursos de atualização.

As instituições de ensino superior federais estão ampliando sua presença no Estado. A UFES na atual gestão vem se movimentando para aumentar o número de cursos de graduação, mestrado e doutorado ofertados e para se tornar "multicampi", com inserção no sul e no norte do estado.

O CEFETES está descentralizando suas unidades de Educação Técnica Profissional para outras regiões do Estado. Hoje estamos com unidades em Vitória, Cariacica, Serra, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e Colatina.

Avaliamos a legitimidade da UFES diante da sociedade capixaba, pelo reconhecimento de nossos professores pelos profissionais das respectivas áreas, pelos resultados nas avaliações nacionais e pela aceitação dos egressos no mercado de trabalho.

Mantemos núcleos específicos, voltados para a pesquisa e desenvolvimento de setores específicos vinculados aos problemas da educação no Estado: EJA- Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Ensino de Matemática, Laboratório de Linguagem.

Estamos investindo em pesquisa e pós- graduação. Nos últimos três anos abrimos nove cursos de mestrado e dois de doutorado.

Implemento regional da pesquisa e a pós graduação, com a implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Inserção do Centro de Educação na UFES e reconhecimento pela sociedade.

Reconhecimento da importância dos núcleos pelos profissionais e técnicos da educação.

O Ensino Técnico Profissional deve ser realizado muito próximo ao sistema produtivo. Ao montarmos nossos cursos, fazemos levantamento de demanda junto às empresas, buscando conhecer seus projetos de desenvolvimento, a tecnologia que usam e que tipo de profissionais vão precisar.

Temos interesse em nos manter próximos ao setor produtivo e estabelecermos vigorosas parcerias com instituições e empresas, como o SEBRAE, a CVRD, a SAMARCO e a Aracruz Celulose. Nossos alunos fazem estágio nestas instituições, montamos laboratório com financiamento destas parcerias.

Faz parte de nossa prática pedagógica mudar o "foco" dos cursos conforme necessidade das empresas interessadas em recrutar os alunos egressos.

Ao fazermos nosso planejamento anual, buscamos estudar planos de governo e outros documentos produzidos pelo governo Estadual, Prefeituras, setor produtivo e outras instituições, com o objetivo de levantar as possíveis demandas por profissionais de nível técnico.

Estamos formando tecnólogos, em licenciaturas curtas, para atendimento imediato da demanda do setor produtivo local.

Como indutor do desenvolvimento local e regional e buscamos vincular nossa oferta de cursos às demandas locais. Para oferecermos cursos em nossas unidades, fazemos levantamento da demanda, junto às Secretarias Municipais de Educação, ao Setor de Recursos Humanos das empresas e aos movimentos sociais da região de referência de nossas unidades de ensino.

Qualificação dos professores do Centro de Educação, com cursos de pós-graduação".

80% dos professores do Centro de Educação possuem doutorado.

4.4 Estratégias desenvolvidas pelo setor privado de ensino

Segundo um gestor da área privada de educação, enquanto persistia a dificuldade com o ensino público, a área privada dava a sua contribuição ao desenvolvimento do Estado, oferecendo um ensino médio e fundamental de qualidade.

Os entrevistados, em sua maioria, concordam em que nos últimos cinco anos o setor privado no Estado vem se afastando do Ensino Fundamental e se voltando para o Ensino Superior, sem abandonar de todo o Ensino Médio, onde ainda desempenha papel importante na preparação para o acesso ao ensino universitário.

Enquanto o Ensino Fundamental e Médio oferecidos pela iniciativa privada no Espírito Santo é de boa qualidade, o mesmo não se pode dizer do Ensino Superior que em geral se ressentem de piores avaliações nos programas nacionais de avaliação, quando comparado às instituições federais, avalia um gestor entrevistado. As instituições de ensino superior privadas convivem com o excesso de oferta de vagas. Com esse excesso de oferta, o setor passa a conviver com a competição acirrada que acaba por comprometer a qualidade da educação ofertada, segundo dois entrevistados.

Conforme relato dos entrevistados, o Ensino Superior se expandiu muito no Estado nos últimos anos, e possivelmente passe por um processo de encolhimento nos

próximos anos, inclusive com o fechamento de unidades de ensino, já que a demanda reprimida que havia no setor possivelmente já foi atendida, na percepção de um gestor da área.

Neste cenário desfavorável, o Ensino Superior do setor privado tem como alternativa o oferecimento de vagas ociosas para o Governo Federal, através do PROUNI e para o Governo Estadual, através do programa Nossa Bolsa.

As instituições privadas de Ensino Técnico Profissional, vinculadas ao "Sistema S", também se encontram com capacidade ociosa e desenvolvem várias estratégias para captação de alunos como o convênio com o governo estadual para a abertura de vagas para alunos da escola pública e a aproximação com o setor produtivo, capacitando trabalhadores diretamente para as grandes empresas. Pelo seu alcance social, merecem destaque os convênios com grandes indústrias que fornecem bolsas de estudo para alunos em situação de risco social, que estão matriculados em cursos profissionalizantes.

Outra estratégia observada nos relatos dos gestores do setor privado, tanto no Ensino Técnico Profissional quanto no Ensino Superior, é a necessidade de promover o nivelamento dos alunos egressos da escola pública, que apresentam baixo padrão de desempenho em conteúdos referentes à educação básica, com dificuldades sérias de leitura, escrita, interpretação de texto e matemática. Este nivelamento em alguns casos chega a representar 50% do tempo do aluno na instituição.

Por último, a maioria das instituições de Ensino Técnico Profissional do Sistema "S", ressentem-se da dificuldade em captar instrutores para os cursos técnicos e promovem a capacitação interna de seus próprios professores. Esta estratégia tem apresentado resultados relativos já que, por não pagarem salários de ponta, perdem constantemente seus professores para o trabalho em grandes empresas, que remuneram melhor.

A seguir o relato dos gestores de educação do setor privado sobre as estratégias desenvolvidas e os resultados alcançados:

Enquanto persistia a dificuldade com o ensino público, a área privada avançava no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior. O setor privado tem superado dificuldades e dado a sua contribuição.

O setor privado no estado vem se afastando do Ensino Fundamental e se voltando para o Ensino Superior, sem abandonar de todo o Ensino Médio, onde ainda desempenha papel importante na preparação para o acesso ao ensino universitário.

As instituições privadas de ensino superior perdem 20% do valor da mensalidade no "Programa Nossa Bolsa", mas por outro lado ganham, porque estes alunos ocupam vagas ociosas. A população pobre também ganha porque tem o acesso ao ensino superior mais facilitado.

Capacitação pedagógica para o professor aceitar o aluno como ele chega, e a partir daí, conduzi-lo numa meta definida, dentro do padrão de competências e habilidades requeridas.

Basear a competitividade com outras instituições de ensino superior na qualidade. Apostar que a sociedade tenha a qualidade como um valor. Em educação só é possível trabalhar com qualidade.

Participar da criação de organismos coletivos, de associações da sociedade civil que reajam à corrupção, à falta de ética e que somem na construção de valores éticos na sociedade.

Formar ilhas de ética, desenvolver um projeto pedagógico de educação para cidadania, para consciência de direitos e deveres nas relações sociais.

Estamos atentos ao mercado, procuramos interpretar o que o mundo produtivo necessita, acessar documentos e planos estratégicos do Governo Estadual, prefeituras e empresas e vincular nossa oferta de capacitação com a dinâmica econômica do estado.

Oferta de Cursos de Educação Técnica Profissional definida através do levantamento dos "gargalos", das demandas de profissionais qualificados pelo mercado de trabalho local.

Estratégia de dialogo com profissionais das áreas técnicas para adequar a realidade do currículo às necessidades do setor produtivo.

Atendemos a demanda das empresas, que contratam os trabalhadores e os envia para qualificação.

Nivelamento em educação básica: identificamos quais as dificuldades dos alunos em relação à educação básica e a partir destas dificuldades fazemos o nivelamento.

Gastamos cerca de 50% do tempo do aluno fazendo nivelamento de conteúdos que deveriam ser adquiridos na Educação Básica.

Realização de processo seletivo com provas de Português e Matemática, onde estabelecemos um ponto de corte de acerto de 50% do conteúdo. Em um grupo de cerca de 1.200 candidatos inscritos, em média só 100 tem alcançado esta nota.(A exceção são os cursos com recursos do FAT que não permitem processo seletivo).

Capacitação individualizada do aluno para acompanharem os cursos. É feita uma avaliação para identificar as defasagens do aluno e a partir disto é definido um programa individualizado de capacitação em educação básica.

Prática do re-ensino, na qual parte do conteúdo do curso é re-ensinada e reavaliada, em caso de reprovação parcial do aluno.

Realização de parcerias com grandes indústrias para que os alunos recebam bolsa das empresas enquanto estudam. 90% dos alunos que nos procuram são oriundos de famílias de baixa renda, que não têm como sobreviver, como pagar transporte e esta bolsa é condição essencial.

Matrícula de 120 alunos carentes com bolsa de R\$350,00 pagos pela CST.

Projeto Menor Aprendiz no meio rural: aluno recebe uma "bolsa" para estagiar nas empresas, nas fazendas, aprendendo uma profissão, o que tem permitido o acesso ao 1º emprego.

Plano de desenvolvimento do docente: Os novos instrutores participam de um curso de 320 horas como preparação para a entrada na sala de aula. Nesse curso, os docentes são capacitados com metodologias pedagógicas que os preparam para o "manejo" da sala de aula.

Investimos bastante na formação de nossos próprios instrutores porque não achamos disponível no mercado de trabalho. Como nossos salários não são de ponta, constantemente perdemos profissionais para as empresas do setor.

Qualificar os instrutores, dar condições de atualização antes de entrarem em sala de aula.

Cursos presenciais e on-line na educação continuada de professores.

Remunerar condignamente e dar condições apropriadas de trabalho para os professores e educadores de apoio, visando atrair os melhores profissionais.

Melhoria do trabalho do docente em sala de aula, conforme verificado no sistema de avaliação.

Melhoria de qualidade do resultado final: o currículo dos cursos tem recebido boa avaliação em nosso "sistema de avaliação".

5. PROJETOS ESTRUTURANTES DO FUTURO DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Sete entrevistados concordam em que é estruturante para o futuro da educação no Espírito Santo a definição de um projeto de educação, construído a partir do diálogo entre órgãos de gestão, comunidade e instituições formadoras, que possibilite a definição do conhecimento teórico e pedagógico necessário para o enfrentamento das grandes questões de nossa sociedade.

Para esses entrevistados, este projeto deverá vincular o conhecimento produzido e ensinado na escola a um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo. Para tanto, é preciso reestruturar o que é ensinado na escola, rever parâmetros curriculares, adequando-os aos parâmetros nacionais que são avançados, mas que em geral não são obedecidos nas escolas capixabas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública. Para uma educadora entrevistada, é preciso cessar com a *"superficialização do conhecimento"*, tão em voga em nossas escolas.

Criar condições para ampliar a permanência das crianças e jovens na escola, forma um segundo grupo de projetos estruturantes para a educação, segundo quatro entrevistados. Destaca-se nestes projetos, a proposta de Escola de Tempo Integral, vista como essencial, principalmente nas regiões onde se concentram crianças e jovens em situação de risco social e pessoal. É enfatizada também, a necessidade da educação se articular a um leque de políticas públicas que permitam aos jovens oriundos de famílias pobres permanecerem na escola.

A vinculação do Ensino Técnico Profissional ao Ensino Médio, em uma perspectiva criativa e inovadora, vinculada ao setor produtivo, é outra proposta que contribui para a permanência da juventude na escola, segundo três entrevistados, pois permite o desenvolvimento de uma profissão e conseqüentemente maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, em um prazo relativamente curto.

Para três entrevistados, o programa PROUNI desenvolvido pelo Governo Federal e o "Nossa Bolsa" realizado pelo Estado, são estruturantes e inclusivos, ao ampliarem as possibilidades de acesso ao Ensino Superior pelos egressos da escola pública. Neste aspecto, a proposta de política de cotas para jovens da escola pública, também é vista como importante para um gestor entrevistado.

Também a capacitação e valorização dos profissionais da escola, em especial dos professores, é considerada estruturante para o futuro da educação, conforme relato de seis gestores. Para eles, educação só poderá captar e manter bons profissionais

se melhorar seu padrão de remuneração, estabelecer planos de carreira e criar um programa permanente de capacitação para os professores. Para uma entrevistada, a profissionalização deve se estender para outros técnicos que trabalham na educação, em especial nos órgãos centrais, que têm a função de gerenciar e supervisionar a rede pública estadual de ensino.

A melhoria da gestão escolar também foi considerada importante para o futuro da educação capixaba, por dois entrevistados. Dentre eles, um entrevistado entende ser necessário o desenvolvimento da gestão participativa e democrática, para que seja dada transparência às ações públicas na educação, com o objetivo de gerar na comunidade o sentimento de pertencimento em relação à escola. Para outro entrevistado, profissionalizar a gestão, diminuindo o quantitativo de cargos comissionados, é fundamental para inibir os efeitos da política eleitoreira sobre a rede escolar.

Outro fator importante para o futuro da educação no Espírito Santo na avaliação de três entrevistados é estabelecer um plano global de qualidade da educação, baseado no alcance de metas de melhoria dos indicadores de desempenho do aluno, dos índices de permanência na escola, do quantitativo de matrículas realizadas, dos resultados de rendimento dos alunos em avaliações nacionais e outros parâmetros qualitativos e quantitativos de melhoria do desempenho escolar.

Para finalizar, três gestores entrevistados concordam em que é importante para a educação capixaba, *“implantar uma rede de apoio educacional multimídia, com o uso da tecnologia, internet, TV, ligando todo o Estado, que contenha atratividade e glamour”*, com o objetivo de melhorar desempenho dos alunos no processo de aprendizagem, pela motivação e aproximação com a linguagem da juventude.

Segue-se o registro das propostas dos gestores de educação sobre os projetos estruturantes para o futuro da educação no Espírito Santo:

Criar um projeto de educação aliado a um projeto de desenvolvimento para o Estado, que contemple necessariamente a educação pública de qualidade.

O Governo do Estado deveria ser o grande indutor do desenvolvimento local/regional e prover cada município, ou micro região, com um Centro de Educação Profissional voltado para o desenvolvimento da vocação produtiva local. A região de Piúma, Anchieta e Marataízes deveriam contar com uma escola profissional de pesca; São Mateus com cursos na área do petróleo e seus derivados; Cachoeiro de Itapemirim curso superior em maquinaria; a região serrana com escola de agro-turismo; Nova Venécia de extração, corte (teares) e design em rochas ornamentais; Linhares de mecânica e automação.

O projeto Espírito Santo 2025 desenvolvido pelo governo estadual foi um grande projeto estruturante, pois sinalizou para a sociedade a direção em que vai se dar o desenvolvimento futuro do Estado.

O Projeto ES 2025 tem a resposta. O estado sozinho não dá conta, precisa do setor privado.

Construção de um projeto de educação: estabelecer um diálogo entre as instituições formadoras e os órgãos de gestão, para debaterem qual conhecimento teórico e pedagógico é necessário para nossa sociedade, e formar profissionais de educação com capacidade de implementar este projeto. O ES hoje produz pesquisa. Em que medida se dá o consumo deste conhecimento pelos professores da educação básica? Este diálogo precisa ser produzido.

O que devemos definir é uma mobilização com os poderes municipais e estadual para definir metas claras a serem atingidas, em termos de inclusão, infraestrutura, qualificação dos profissionais da educação, capacitação dos estudantes concluintes do ensino fundamental e médio e superior. Relacionar o ensino formal com as oportunidades profissionais, com o futuro.

Mudança curricular: renovar, atualizar o que é ensinado na escola com o mundo atual. Rever parâmetros curriculares de nossas escolas, adequando-os aos parâmetros nacionais que são avançados, mas que em geral não é praticado em nossas escolas. Nossas escolas praticam a superficialização do conhecimento.

Realizar um Plano Educacional de Reestruturação Curricular que abranja todos os níveis e modalidades de ensino. Este plano deverá ser feito pelo governo estadual em articulação com todos os setores educacionais do estado, do município e do setor privado. Este plano daria fim ao "achismo" e passaríamos todos a trabalhar dentro de uma grande proposta conjunta de educação.

Preparação da escola para funcionar em tempo integral.

Escola de Tempo Integral.

Universalizar o Ensino Fundamental de tempo integral, começando nas regiões de maior risco social. Tornar as escolas atraentes, em condições de disputar o coração das crianças com os traficantes. É preciso mostrar um mundo maior para nossas crianças.

Escola em tempo integral, principalmente em regiões de concentração de população pobre.

Aumento da carga horária do Ensino Fundamental, que passa das atuais 4 horas para 5 horas diárias, permitindo o ensino de novos conteúdos.

Criar condições de acesso e permanência na Educação Básica. Um dos problemas é a pobreza, as famílias tiram o jovem da escola para trabalhar vendendo picolé, na lavoura, e outros locais, porque precisa do trabalho do jovem para sobreviver.

O programa Bolsa Família é assistencialista, imediatista, penso que seja uma resposta transitória. Um projeto estruturante na educação não pode ser solto, pontual, tem que ser "costurado" em um leque de políticas públicas, que enfrentem a situação de pobreza, e permitam ao jovem permanecer na escola, e ainda que gere no jovem e sua família, o sentimento de que a escola é importante para o seu futuro. Isto é, estruturante é implantar um leque de políticas públicas que permitam ao jovem entrar e permanecer na escola.

Centros de Educação Técnica Profissional de referência para alunos do Ensino Médio das escolas públicas. Este projeto é importante até no enfrentamento da questão da violência, pois aumenta a permanência do jovem na escola e permite a escolha de novas opções de vida. O desenvolvimento econômico do Estado está comportando um mercado de trabalho para profissionais de nível médio mais significativo, o que não acontecia antes.

Na Educação Profissionalizante: instituir a cadeira de empreendedorismo no ensino formal, desde o Ensino Profissional para que as crianças possam responder quando perguntadas sobre o que querem ser quando crescer : quero ser empresário.

Estruturar rede de ensino técnico profissional articulada ao setor privado e ao sistema produtivo regional, com ensino flexível e criativo. A legislação atual permite isto.

O PROUNI desenvolvido pelo governo federal também foi estruturante, pois ampliou a inclusão de jovens pobres no Ensino Superior.

Ampliação da inclusão no ES, com o Programa "Nossa Bolsa", desenvolvido pelo Governo do Estado.

A política de cotas é uma esperança para melhorar esta situação [do egresso da escola pública ingressar no Ensino Superior].

Valorização e reconhecimento dos profissionais da educação, com projetos voltados para a capacitação destes profissionais e para a oferta de remuneração condizente.

Valorização do profissional da educação: valorizar o servidor público em geral e da educação em particular e estabelecer plano de carreira.

Na Educação Formal: programa intensivo de preparação de professores e programa estruturado de acompanhamento de resultados das instituições de ensino superior.

Formação inicial e continuada de professores nas áreas de língua estrangeira, física, química, educação física, em condições de atender as demandas da rede escolar.

A ampliação dos cargos de carreira, com a diminuição dos cargos comissionados.

Ampliação do quadro de especialistas na gestão estadual.

Profissionalização das áreas administrativa e financeira da SEDU. A secretaria tem um orçamento de cerca de 900 milhões, e tem apenas dois funcionários efetivos no setor de finanças, enquanto os demais são cargos comissionados de baixíssima remuneração.

Melhorar o salário dos professores da rede estadual e municipal de ensino, visando atrair melhores profissionais.

Tratamento da questão docente: manter a qualidade e a valorização docente, com salários dignos e educação continuada para os professores, financiada parcialmente pelo Estado.

Democratização/participação na gestão escolar com o objetivo de gerar na comunidade o sentimento de que a escola é patrimônio seu. Que a comunidade fale "a escola é patrimônio nosso, é para os nossos filhos, para os nossos netos e, portanto queremos discutir avaliar o que está sendo feito ali". Que os conselhos funcionem, que existam assembleias de prestação de contas, com a discussão dos resultados e com participação da comunidade.

Fazer cessar os efeitos da política eleitoreira sobre a rede escolar, através de uma formulação global de ações.

O ENEM é outro marco, pois vem trazendo a necessidade de criar parâmetros de avaliação dos resultados da educação.

O sistema de avaliação do Ensino Superior que estabeleceu parâmetros de qualidade e transparência no desempenho das instituições de Ensino Superior.

A estratégia do governo federal, de incluir a Ensino Infantil e ensino Médio no financiamento da educação, deverá ampliar a cobertura do ensino nestas áreas, que hoje se encontram muito deficitárias.

Articulação política dos governos estaduais, municipais e parlamentares para aprovar o FUNDEB, que está com tramitação demorada no Congresso Nacional.

Informatizar a rede de educação, iniciando pela SEDU, que hoje não tem nenhum técnico de informática.

Ensino de informática universalizado a partir da parceria governo/setor privado / sociedade civil e sindicatos.

"Interlandia", setor agrário interligado através de tele-conferencias, com geração de conhecimento através da comunicação à distancia.

Ampliar a rede de apoio à pesquisa e a produção científica e tecnológica, pelo sistema estadual de ciência e tecnologia.

6. ESPAÇO DE AUTONOMIA DOS GESTORES NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A maioria dos gestores entrevistados considera que possuem relativa autonomia no processo de definição da política de educação no seu âmbito de ação. Para esses gestores, a legislação da área de educação é avançada e flexível, tanto do ponto de vista didático quanto pedagógico, possibilitando um espaço concreto de definição no nível local. A exceção segundo os gestores, é a legislação da pós-graduação *Scriptu Sensu*, de Mestrado e Doutorado, que é muito rígida e centralizada, dificultando a formação de profissionais pós-graduados no Estado.

Para os gestores do setor público, a autonomia na definição das políticas da educação esbarra na burocracia estatal, que em geral é muito lenta e não possui o mesmo ritmo da educação, causando perda na agilidade do processo decisório.

Outro fator limitante da autonomia, segundo os gestores entrevistados, é a disponibilidade de recursos financeiros, que raramente possuem montante suficiente para os gastos da educação. Dois destes gestores consideram que a política de educação é muito dependente de repasses federais, através do FUNDEF, limitando o planejamento da política local para os níveis de ensino não contemplados por este fundo.

Três gestores concordam em que a interveniência política eleitoral é outro fator limitante de sua autonomia, em especial na atuação do gestor municipal de educação, que tem na Superintendência Regional da Educação, um pólo de definição de políticas, nem sempre em sintonia com a administração municipal.

Para finalizar, os gestores do setor de Ensino Técnico Profissional relatam que as definições corporativas dos conselhos profissionais também atuam como um fator limitante, impondo dificuldades a implantação de cursos de nível técnico.

A seguir, o registro da percepção dos gestores entrevistados sobre sua autonomia no processo decisório de políticas na área de educação:

O setor privado convive com dificuldades muito grandes, como a Lei que regulamenta as mensalidades escolares, que contribui para uma inadimplência muito grande no setor.

*A legislação federal atua de forma restritiva na área de pós-graduação *scriptu sensu*, mestrado e doutorado. Está se formando um "gargalo" no Estado nesta área, dificultando a formação de profissionais pós - graduados.*

O MEC impõe condições muito restritas na área de pós-graduação, Mestrado e Doutorado, dificultando a abertura destes cursos pelas instituições privadas.

O [.....] tem autonomia completa. Não é subordinado à SEDU ou ao MEC Ele tem em sua composição 50% de representantes da comunidade e 50% de representantes do governo. O governo não tem total autonomia para escolher seus representantes, pois os conselheiros indicados pelo governo, devem ser técnicos com notório saber na área da educação. Estes técnicos atuam mais como representantes da comunidade científica do que do governo.

O [.....] possui grande autonomia e legitimidade. Podemos montar e oferecer o curso que quisermos.

Não temos subordinação ao MEC, não temos restrições. O nosso limite é a nossa capacidade de desenvolver produtos que atendam a demanda do mercado.

A administração municipal permite autonomia na condução da política municipal. O gestor municipal da educação tem autonomia do ponto de vista legal.

Todos os projetos pedagógicos emanam da Superintendência de Ensino, que desfruta de grande autonomia técnica.

Temos autonomia no planejamento e realização de cursos técnicos nas profissões inseridas no Código Brasileiro de Ocupação- CBO.

A legislação federal sobre Educação Técnica Profissional é muito avançada e flexível.

A legislação nacional da educação é flexível e avançada na definição dos espaços municipais. Falta ser cumprida.

A legislação educacional é flexível e avançada.

A legislação hoje existente favorece a atuação, podemos implementar os cursos que queremos. Nosso limite é o mercado aceitar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB é muito flexível, tanto do ponto de vista didático quanto pedagógico, possibilitando adequar o currículo às necessidades locais. Esta legislação tem contribuído para a qualidade do Ensino Superior, em especial no ensino privado, ao impor limites na disputa pela matrícula do aluno, baseado apenas na redução das mensalidades. A legislação atual, impõe certo padrão de qualidade.

Os Centros Universitários tem boa autonomia na área de graduação, a legislação é flexível e contribui para prover uma educação de qualidade.

Tenho autonomia só na área acadêmica, mas como gestora nenhuma, pois não tenho autonomia para lidar com recursos financeiros.

A autonomia do município esbarra nos recursos financeiros, pois os municípios são dependentes do FUNDEF.

O apoio a projetos de pesquisa de instituições privadas, por parte de Instituições nacionais de fomento de pesquisa em ciência e tecnologia é limitante.

A autonomia esbarra na distribuição de recursos para pesquisa, pois a CAPES, dificulta a concessão de recursos para instituições privadas.

O governo federal criou uma "parafernália" em termos de avaliação e regulação, gastou muito dinheiro nestes programas, e a avaliação não avançou, não trouxe novidades. Criou um movimento que não resultou em melhoria de qualidade no Ensino Superior.

A burocracia estatal na educação, o excesso de regulação criou uma burocracia muito grande. Ninguém agüenta um ciclo de avaliação que acontece de três em três anos, ou que um processo de solicitação de abertura de curso demore de dois a três anos até obter autorização.

Outro grave problema é que o governo obriga o setor privado da educação a cumprir uma série de determinações e não se dá conta de que ele mesmo não tem pessoal técnico para cumprir com as exigências que ele mesmo definiu.

A "burocracia" municipal é lenta, não possui o mesmo ritmo da educação, causando a perda de agilidade nas decisões.

A Secretária de Educação dispõe de grande autonomia. Eu diria, 80% de autonomia, os outros 20% ficam por conta dos limites colocados pelo orçamento participativo que define prioridades de investimento do município e pela burocracia institucional, das pastas administrativas e financeiras que têm ritmo mais lento do que a pasta da educação.

Só recentemente conseguimos acompanhar o fluxo de gasto da educação junto à área financeira da prefeitura.

Sofremos restrições nos cursos técnicos ou tecnológicos que dependem de autorização da SEDU, e está tem sido muito lenta, não assume a responsabilidade em relação ao Ensino Técnico Profissional, como define a Lei. Antes, quando o ensino profissionalizante ficava na área do Ministério do Trabalho, o acompanhamento e supervisão das escolas eram muito mais efetivos. Também havia uma política definida, onde cada instituição sabia o seu papel.

Pode haver cerceamento político, com a interveniência de deputados e outros políticos que buscam espaço na administração, através das Superintendências regionais.

O setor privado convive com dificuldades muito grandes, como a Lei que regulamenta as mensalidades escolares, que contribui para uma inadimplência muito grande no setor.

As corporações profissionais têm atuação restritiva sobre as instituições de ensino, como uma luta corporativa pela reserva de mercado de trabalho.

Os órgãos de classes "corporativos" impedem o avanço da educação profissionalizante em algumas áreas, por ações de alguns Conselhos Profissionais. EX: Técnicos de Contabilidade, Técnico de Farmácia, Técnicos de Laboratório.

7. FINAIS

CONSIDERAÇÕES

A maioria dos entrevistados concorda em que a educação no atual governo passa por um processo de melhoria, mas que há um déficit histórico de investimento a ser resgatado, advindo dos governos anteriores, o que torna o processo de recuperação da educação lento e difícil.

Mesmo com este déficit de investimento, para a maioria dos entrevistados, o desempenho da educação no Estado não difere do restante do país, apresentando os mesmos problemas e demandando as mesmas soluções.

Entretanto, três entrevistados discordam desta avaliação, e consideram que a falta de investimento em educação, já histórica, permanece no atual governo, fazendo com que o desempenho da educação se apresente desigual no Estado, se comparados os setores públicos e privados, ou o âmbito estadual e o municipal. Conforme relatado, os problemas da educação são mais intensos na rede estadual, tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental, enquanto a rede particular de ensino é de boa qualidade, o mesmo ocorrendo com a rede pública municipal.

Os entrevistados, em sua maioria, concordam em que nos últimos cinco anos o Estado se afastou da Educação Infantil, vem progressivamente se afastando do Ensino Fundamental e repassando estes níveis de ensino para a gestão dos Municípios, enquanto mantém o Ensino Médio sob gestão estadual.

No que diz respeito à educação superior os principais problemas apontados são a dificuldade de acesso ao ensino superior público, considerado de melhor qualidade e o excesso de vagas na rede privada. A dificuldade de ingresso na universidade pública acirra o caráter excludente do sistema educacional. Por sua vez, a extrema competição entre as faculdades privadas faz com que a qualidade do ensino nessas instituições seja inferior ao que seria necessário.

O ensino profissionalizante padece, na opinião dos entrevistados, com as dificuldades para capacitação dos seus usuários na medida em que aqueles egressos do setor público precisam de nivelamento em conhecimentos básicos do segundo grau. Existe ainda pouca integração entre o que é ofertado pelas instituições de ensino profissionalizante e as demandas do mercado de trabalho.

Os entrevistados citaram como principal causa dos problemas apontados a descontinuidade das políticas de educação, o que reflete a inexistência de um plano

de estado para educação. Não há um projeto de educação que se mantenha, que seja consolidado e consensado com a sociedade. A educação não é prioridade para os governantes.

Outras causas para o baixo desempenho da educação no Espírito Santo referem-se às formas de gestão das instituições, caracterizadas pela ausência de quadros capacitados e atualizados, à desvalorização e baixa qualificação dos docentes; às questões sociais de pobreza e desigualdade; e às políticas de financiamento da educação que, apesar de ter promovido melhorias principalmente para o nível fundamental com a criação do FUNDEF, não foi suficiente para garantir um salto qualitativo da educação no estado.

Todos os níveis de governo e o setor privado vêm desenvolvendo projetos e ações em suas esferas de atuação para melhoria da educação. O setor municipal de ensino com responsabilidade de gestão sobre o ensino fundamental e dispendo dos recursos do FUNDEF, investiu inicialmente em infra-estrutura básica na construção e reforma das escolas e na aquisição de equipamentos. As melhorias na rede física das escolas resultaram na ampliação do número de vagas no ensino fundamental. Para os gestores municipais o próximo desafio é o aumento da qualidade do ensino por meio da formação e valorização dos professores, do desenvolvimento de práticas e projetos pedagógicos e da adequação das diretrizes curriculares.

Entre as estratégias desenvolvidas pelo nível estadual de governo estão as medidas de correção de fluxo com a adequação da idade à série cursada e as propostas de jornada ampliada que aumenta o tempo de permanência do aluno na escola.

O Espírito Santo não conta com unidades de ensino superior gerenciadas pelo estado, contudo o atual governo implantou o programa "Nossa Bolsa" como estratégia de expansão das oportunidades de inclusão no ensino superior dos alunos egressos das escolas públicas. A criação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia tem favorecido o desenvolvimento da pesquisa e a produção científica nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

As ações do governo estadual para a educação técnica profissionalizante são desenvolvidas em duas vertentes, uma de captação e financiamento de vagas para alunos de nível médio, em parceria com o setor privado e outra de implantação de escolas pólos de educação técnica profissional gerenciadas pelo próprio estado.

As instituições federais estão ampliando sua presença no Estado, segundo os gestores entrevistados. Nos últimos anos a UFES e o CEFETES estão ampliando o número de vagas, com abertura de novos cursos e a descentralização de suas unidades de ensino para outros municípios. Ressalta-se a iniciativa da UFES em abrir dois centros no interior do Estado e do CEFETES, que passa por um processo de expansão em todos os níveis, para diversos municípios do Estado, e com a abertura de cursos tecnológicos de nível superior.

Na UFES merece destaque a abertura de nove cursos de Mestrado e dois cursos de Doutorado nos últimos três anos, e o desenvolvimento de pesquisa e produção do conhecimento referentes as grandes questões da sociedade capixaba: educação, saúde, tecnologia, história e cultura capixaba.

Enquanto o Ensino Fundamental e Médio oferecidos pela iniciativa privada no Espírito Santo é de boa qualidade, o mesmo não se pode dizer do Ensino Superior que em geral se ressentiu de piores avaliações nos programas nacionais de avaliação, quando comparado às instituições federais, avalia um gestor entrevistado.

O Ensino Superior do setor privado tem como alternativa o oferecimento de vagas ociosas para o Governo Federal, através do PROUNI e para o Governo Estadual, através do programa Nossa Bolsa.

As instituições privadas de Ensino Técnico Profissional, vinculadas ao "Sistema S", encontram-se com capacidade ociosa, e desenvolvem várias estratégias para captação de alunos como o convenio com o governo estadual para a abertura de vagas para alunos da escola pública e a aproximação com o setor produtivo, capacitando trabalhadores diretamente para as grandes empresas. Pelo seu alcance social, merecem destaque os convênios com grandes indústrias que fornecem bolsas de estudo para alunos em situação de risco social, que estão matriculados em cursos profissionalizantes.

Outra estratégia observada nos relatos dos gestores do setor privado, tanto no Ensino Técnico Profissional quanto no Ensino Superior, é a necessidade de promover o nivelamento dos alunos egressos da escola pública, que apresentam baixo padrão de desempenho em conteúdos referentes à educação básica, com dificuldades sérias de leitura, escrita, interpretação de texto e matemática. Este nivelamento em alguns casos chega a representar 50% do tempo do aluno na instituição.

Como sugestão de projetos estruturantes para o aumento do desempenho da educação no estado os entrevistados apontaram:

- Elaboração de Plano de ações para educação construída a partir do diálogo entre órgãos de gestão, comunidade e instituições formadoras;
- Criação de condições para ampliar a permanência das crianças e jovens na escola tais como a Escola de Tempo Integral e a vinculação do ensino técnico profissional ao ensino médio e ao setor produtivo;
- Manutenção dos programas PROUNI do governo federal e "Nossa Bolsa" do governo estadual;
- Capacitação e valorização dos profissionais da escola, em especial os professores;
- Melhoria da gestão escolar por meio do estímulo à gestão participativa e democrática; e
- Estabelecimento de referências globais de qualidade da educação baseadas no alcance de metas de melhoria do desempenho do aluno, dos índices de permanência na escola, do quantitativo de matrículas e outros parâmetros qualitativos e quantitativos de melhoria do desempenho escolar.

ANEXO**LISTA DE INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS**

- 1 Ana Bernardes
Presidente Conselho Estadual de Educação- CEE
- 2 Arthur Sérgio Rangel Viana
Membro do Conselho Estadual do FUNDEF
- 3 Alexandre Nunes Theodoro
Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino- SINEPE
- 4 Breno da Silva Prado
Representante de Educação Infantil Privada no Conselho Municipal de Educação- Vitória
- 5 Breno Louzada
Coordenação de Ensino de Jovens e Adultos- Secretária Municipal de Educação – Vitória
- 6 Célia Maria Vilela Tavares
Secretária Municipal de Educação-Cariacica
- 7 Erthelvio Monteiro N. Junior
Coordenador Técnico da Faculdade Espiritosantense de Administração- FAESA
- 8 Gelson Junquillo
Secretário Municipal de Educação – Serra
- 9 Geraldo Magela
Vice Diretor da Faculdade Salesiana de Vitória- FSV
- 10 Helzio Soncine
Coordenador Técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes – SENAT
- 11 Izabel Cristina Novaes
Diretora do Centro de Educação -UFES
- 12 Jacinta Meriquete Granandy Costa
Secretária Municipal de Educação- Guarapari
- 13 Jadir José Pella
Diretor do Centro Federal de Educação Técnica Profissional – CEFETES

- 14 Janine Chamon
Gerente da Unidade de Capacitação Empresarial – SEBRAE
- 15 Júlio da Silva Rocha Junior
Presidente em Exercício do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR
- 16 Klinger Barbosa
Diretor da Unidade de Ensino Superior Unificado do Centro Leste – UCL
- 17 Léa Maria Erlacher
Coordenadora Técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Comerciária – SENAC
- 18 Manoel Ciciliano Abeu de Almeida
Reitor do Centro Universitário de Vila Velha- UVV
- 19 Márcia Pironi
Secretária Municipal de Educação – Viana
- 20 Marlene de Fátima Cararo Pires
Secretária Municipal de Educação- Vitória
- 21 Marlúcia de Moura Balarini
Gerente de Avaliação – Secretaria de Estado da Educação- SEDU
- 22 Reinaldo Centoducatte
Vice Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
- 23 Roberto A. Beling Neto
Secretário Municipal de Educação- Vila Velha
- 24 Robson Cardoso
Superintendente do Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial- SENAI

Pesquisa Qualitativa

Roteiro para pesquisa qualitativa
Na sua percepção, como está a educação no Espírito Santo hoje?
Cite os três principais problemas da educação no Espírito Santo.
Quais são as causas geradoras desses problemas?
Como vêm sendo enfrentados esses problemas pelo governo e pelos profissionais ligados à educação? Que estratégias estão sendo implementadas?
Que resultados foram alcançados através das estratégias implementadas?
Que projetos estruturantes deveriam ser viabilizados para melhorar a educação no Espírito Santo?
Qual o seu espaço de autonomia na definição das políticas educacionais em sua área de abrangência?

